

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Nicoll Siqueira da Rosa

**Biblioteca Universal:
críticas de autores da Antiguidade sobre o ideal de acumulação do conhecimento na
Biblioteca de Alexandria**

Porto Alegre

2012/2

NICOLL SIQUEIRA DA ROSA

**Biblioteca Universal:
críticas de autores da Antiguidade sobre o ideal de acumulação do conhecimento na
Biblioteca de Alexandria**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para a
obtenção do grau de Licenciada em História pelo
Departamento de História do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul
Orientação: Prof. Dr. Francisco Marshall

Porto Alegre
2012/2

NICOLL SIQUEIRA DA ROSA

**Biblioteca Universal:
críticas de autores da Antiguidade sobre o ideal de acumulação do conhecimento na
Biblioteca de Alexandria**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para a
obtenção do grau de Licenciada em História pelo
Departamento de História do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul
Orientação: Prof. Dr. Francisco Marshall

Prof. Dr. Francisco Marshall – (Orientador) – UFRGS

Profa. Dra. Lizete Dias de Oliveira – UFRGS

Prof. Dr. José Augusto Costa Avancini – UFRGS

Porto Alegre, 18 de dezembro de 2012.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao Professor Francisco Marshall pela inestimável ajuda, pelos ensinamentos e por acreditar no meu potencial.

À minha família, pelo apoio incondicional (financeiro, inclusive) e imenso carinho, sem restrições.

Aos queridos amigos Bruno Schnorr, Juliano de Andrade e Fábio Faturi, por todas as tristezas, alegrias, reclamações e risadas compartilhadas durante os quatro anos de curso (e, se os deuses permitirem, pelas que ainda serão divididas entre nós).

Às amigas Bruna Dias, Juliana Medeiros e Vanessa de Paula, por compreenderem a minha ausência em diversas ocasiões.

Às novas amigas conquistadas, Mayara Fernandes e Thaís Assis, pelo carinho, preocupação e apoio que me dignaram nestes últimos tempos.

Ao imprescindível auxílio da amiga Cristina Lim nas traduções deste trabalho, e em diversos outros momentos, principalmente nos não relacionados à vida acadêmica.

Ao meu melhor amigo, companheiro, confidente e principal incentivador, Luciano Lazzari da Silva, meu namorado, por toda força que me deu para chegar até aqui. Espero um dia estar à altura do amor e da atenção que me presta.

Às Musas, pela inspiração, sem a qual este trabalho nunca teria sido idealizado.

RESUMO

O presente trabalho tem o intuito de preencher uma lacuna nos estudos a respeito da Biblioteca de Alexandria, centro cultural financiado pela Dinastia Ptolemaica no Egito entre os séculos III a.C. e VII d.C. Por meio da análise de escritos da Antiguidade e da Contemporaneidade, pretende relacionar o objetivo básico da instituição, a saber, a acumulação de livros visando aumentar o prestígio dos faraós que a financiavam e mantinham, com as concepções de comunicação e conhecimento intrínsecas aos seus discursos, demonstrando o quanto críticas à Biblioteca foram desprezadas em detrimento das perdas sofridas pelo centro em um incêndio ocorrido em 48 a.C.. Tenciona, ainda, ressaltar o fato de que estas perdas do acervo, ainda que os autores não estejam de acordo com relação à quantidade delas, são sempre narradas e discutidas na bibliografia atual a respeito, deixando pouco ou nenhum espaço para as narrativas dos autores que problematizam o funcionamento da instituição, de modo a constatar que sua política de acumulação de conhecimento nem sempre foi bem aceita.

Palavras-chave: Biblioteca Universal, Museu, Biblioteca, informação, conhecimento, Alexandria, incêndio.

ABSTRACT

This work intends to fulfill a gap in the studies concerning the Library of Alexandria, a cultural centre financed by the Ptolemaic Dynasty in Egypt between the III century BC and the VII century AD. By analysing both ancient and contemporary writings, it seeks to relate the institution's basic objective, namely the accumulation of books aiming to increase the prestige of the pharaohs who financed and maintained it, to the conceptions of communication and knowledge inherent to their discourses, demonstrating how criticism to the Library was disregarded in sight of the losses suffered by the centre in a fire in 48 BC. It also means to highlight the fact that these collection losses, though authors do not always agree on their numbers, are always narrated and discussed in the current bibliography, leaving little to no room for the accounts of authors intending to problematise the institution's operation and thus find that its knowledge accumulation policy has not always been well accepted.

Keywords: Universal Library, Museum, Library, information, knowledge, Alexandria, fire.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da Alexandria Ptolemaica	15
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 POR UM MUNDO HELENIZADO	14
2.1 - O sonho do rei e a fundação de Alexandria	15
2.2 – O governo dos Ptolomeus e a influência de Demétrio Falereu	18
2.3 – O funcionamento do Museu e o trabalho dos bibliotecários.....	21
3 A ANGÚSTIA DA PERDA	25
3.1 – A narrativa da perda pelos autores da Antiguidade	26
3.2 – A atual narrativa	30
3.3 – O conteúdo implícito nos relatos antigos e atuais	34
4 CRÍTICAS À BIBLIOTECA UNIVERSAL	36
4.1 – Aristeu e a Biblioteca Universal.....	36
4.2 – Timão de Fliunte e a Gaiola das Musas	38
4.3 – Galeno e as falsificações	40
4.4 – Sêneca <i>versus</i> a acumulação de livros	42
4.5 – Críticas contemporâneas ao modelo de Biblioteca Universal.....	44
5 CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

Quando Alexandre, o Grande (356 a.C. – 323 a.C.), rei da Macedônia e conquistador de um dos mais vastos impérios que o mundo antigo havia visto faleceu em 323 a.C., o futuro de seus domínios foi dividido entre seus generais. Coube a Ptolomeu (367 a.C. – 282 a.C.), filho de um comandante de guarnição macedônico de nome Lagos e marido de uma prima em segundo grau de Filipe II (382 a.C. – 336 a.C.), pai de Alexandre, cuidar das vastas terras do Egito; e ele o fez pelos primeiros dezesseis anos como *sátrapa*¹, pois o antigo rei do império macedônico ainda tinha herdeiros vivos. Somente quando faleceram Roxana, esposa de Alexandre, e Alexandre Egus, seu filho e herdeiro, em 309 a.C., pelas ordens de Cassandro – também general de Alexandre –, é que Ptolomeu decidiu assumir a função de faraó e iniciar sua própria dinastia.

A dinastia Ptolemaica governou o Egito por duzentos e setenta e cinco anos (305 a.C. – 30 a.C.). Durante este período, a cidade fundada por Alexandre em 331 a.C. cresceu e desenvolveu-se de uma maneira surpreendente, tornando-se “o epicentro do pensamento grego e romano nos novecentos anos seguintes” (FLOWER, 2002, p.16). Realizar tal proeza demandou muito trabalho e investimento, mas a capacidade administrativa de Ptolomeu I garantiu que o Egito se tornasse economicamente estável (sendo, por isto, chamado de Ptolomeu *Sóter*, isto é, salvador, em grego), de modo a poder sustentar aquele que seria um dos maiores centros culturais do mundo antigo: a Biblioteca de Alexandria.

Criada e desenvolvida a partir da ocupação greco-macedônica no Egito, a Biblioteca de Alexandria tornou-se uma das mais importantes instituições de preservação e difusão da literatura greco-romana no mundo antigo. Atravessou diversas crises e transformações, causadas pela natureza ou pela mão do homem, que culminaram em sua destruição. Levando-se em consideração a temporalidade referente ao período de existência da instituição², o marco temporal utilizado no desenvolvimento deste trabalho iria do século III a.C. – período em que efetivamente findou a construção da Biblioteca, por volta de 282 a.C. – ao século VII d.C. – época da conquista árabe Egito e da destruição de seus últimos papiros, em 641 d.C. – uma periodização extremamente longa. Contudo, a fonte mais antiga referente à instituição data do século II a.C. sendo, portanto, utilizada como marco iniciador da referente pesquisa. Por sua vez, as fontes que tratam da Biblioteca posteriores ao século V d.C. são de escritores

¹ Vice-rei, em persa.

² Considerando aqui como biblioteca não apenas os prédios, mas o acervo que as constituía.

árabes ou de estudiosos que baseiam seus relatos nestes escritores³. Não tendo meios para interpretar as fontes em sua língua original nem tendo contato com nenhuma tradução das mesmas em linguagem que domino, optei por descartá-las, restringindo então a pesquisa até o século V d.C. As demais fontes analisadas, escritas em grego e latim e com traduções disponíveis em inglês e português, estão de acordo tanto com o período em que a Biblioteca ainda existia quanto com a temporalidade do período conhecido como Antiguidade (séc. IV a.C. – séc. V d.C.) – período do qual estes autores fizeram parte – delimitando, assim, o recorte temporal desta pesquisa.

O tema para este trabalho surgiu a partir de uma extensa pesquisa realizada em artigos, livros, mapas e fontes primárias relacionados à Biblioteca de Alexandria, não descartando, também, as produções referentes às bibliotecas na Antiguidade, à história da escrita, do livro e da leitura, e mesmo à bibliografia referente a estudiosos ligados à instituição. Quando se analisam estas publicações, percebe-se que grande parte delas versa não apenas sobre a história do surgimento da Biblioteca, mas também sobre o seu *destino* ou o de seu acervo, devido aos acidentes que causaram sua destruição, seja pela ação do homem ou da natureza⁴. Títulos como *A biblioteca desaparecida: histórias da Biblioteca de Alexandria*, de Luciano Canfora (1989), e *Biblioteca de Alexandria: As histórias da maior biblioteca da Antiguidade*, de Derek Adie Flower (2002), têm o intuito de (re)construir as histórias referentes à instituição utilizando-se de uma extensa lista de fontes. Estas fontes tratam não só de Alexandria, mas de outras importantes bibliotecas da Antiguidade (como a Biblioteca de Pérgamo, por exemplo) ou mesmo dos atores que participaram de sua construção, manutenção e destruição (os faraós alexandrinos, os bibliotecários responsáveis por sua organização, os estudiosos que a frequentaram, entre outros). Outros, como *História universal da destruição dos livros: Das tábuas sumérias à guerra do Iraque*, de Fernando Báez (2006), e *A conturbada história das bibliotecas*, de Matthew Battles (2003), ainda que tenham o propósito de fazer um grande apanhado sobre as ações humanas que visaram à destruição de grandes acervos, em relação à Alexandria também se reportam à sua história, evidenciando as destruições, perdas de acervos e demais acidentes que interrompam as atividades de bibliotecas em geral.

³ As fontes árabes, conforme atestam Flower, Báez e Battles, narram os acontecimentos referentes à conquista de Alexandria pelos árabes em 641 d.C. e a decisão dos mesmos de queimar os livros restantes da Biblioteca de Alexandria. Também conforme atestam estes estudiosos, pouco do que narram estas fontes pode ser realmente comprovado, dado que julga-se esta história ter sido inventada por um cronista sunita do século XII de nome Ibn al-Qifti. Ver FLOWER, 2002, p. 190; BATTLES, 2003, p. 29; BÁEZ, 2006, 69-71.

⁴ Excetua-se deste grupo o artigo *O Mito da Biblioteca Universal*, de José Afonso Furtado, que se reporta às bibliotecas, antigas e contemporâneas, para explicitar o conceito de *Biblioteca Universal*, relatado neste trabalho em 4 CRÍTICAS À BIBLIOTECA UNIVERSAL.

Os trabalhos acima citados preocupam-se em garantir a escrita de uma história coerente que corresponda à narrativa dos acontecimentos que levaram à construção e posterior destruição da referida instituição, ainda que as fontes relacionadas a ela sejam, por diversas vezes, confusas e mesmo contraditórias entre si com relação aos responsáveis pelo seu colapso. Divergindo das publicações já citadas, contudo, estão os poucos trabalhos preocupados em realizar pesquisas referentes exclusivamente aos escribas e aos estudiosos que fizeram parte da referida instituição, ou ainda ao conhecimento que estes grupos produziam. Leighton D. Reynolds e Nigel G. Wilson e sua obra intitulada *Scribes and Scholars: A Guide to the Transmission of Greek and Latin Literature* (1991) é um destes trabalhos, concentrado não apenas em relatar como trabalhavam os escribas e estudiosos em Alexandria, mas em diversos outros centros culturais preocupados com a transmissão do conhecimento grego e latino. Mostafa El-Abbadi em artigo intitulado *Aspects of Scholarship and the Library in Ptolemaic Alexandria* (1988) faz uma breve explanação sobre os estudiosos e bibliotecários de Alexandria, dignando atenção, ainda, aos trabalhos no campo da Medicina desenvolvidos na instituição, ciência extremamente desenvolvida em Alexandria⁵. É importante ressaltar que este mesmo autor foi editor do livro *What Happened to the Ancient Library of Alexandria?* (2008), uma compilação de artigos que compreendem tanto histórias sobre os estudiosos de Alexandria quanto sobre os eventos que destruíram a Biblioteca.

São diversos os títulos que tratam da história da imprensa, evidenciando aí – ainda que este não seja o foco principal destas obras - o papel de Alexandria na difusão da escrita. A *Fascinante História do Livro*, de José Teixeira de Oliveira (1985), por exemplo, mostra, no Volume II, como os primeiros livros foram escritos, em que suportes e com quais materiais. Além disso, relata o modo como os rolos de papiros eram dispostos nas bibliotecas antigas, como eram organizados, catalogados e encontrados pelos estudiosos e como viviam os escritores, sem esquecer, obviamente, de relatar a história da Biblioteca de Alexandria. Agustín Millares Carlo em seu *Introducción a la historia del libro y de las bibliotecas* (1993) vai na mesma direção, embora tenha sido escrito em volume único.

Apesar do contato com as fontes, é comum que estas produções deixem de relatar comentários bastante críticos e, por vezes, até maldosos com relação aos estudiosos que se dirigiam ao *Museu* ou mesmo com relação aos faraós que o sustentavam, comentários estes feitos por figuras consideradas ilustres no mundo antigo, como o célebre intelectual do

⁵ Segundo Henri-Irénée Marrou, citando o historiador antioquense Amiano Marcelino (c. 325-330 d.C. – 391 d.C.), “nada recomendava mais um médico, aos olhos de sua clientela, do que o fato de ter feito seus estudos em Alexandria”. (MARROU, 1973, p. 299)

Império Romano Lúcio Aneu Sêneca (4 a.C. – 65 d.C.). Na busca por uma *descoberta do destino* da Biblioteca de Alexandria, as fontes antigas são analisadas com o intuito de se extrair uma verdade histórica que seja suficiente para determinar o que *de fato* aconteceu à instituição, análise esta que não leva em consideração a opinião dessas fontes quanto ao que pensavam sobre o centro cultural. Ou seja, grande parte dos estudos⁶ considera como dada a ideia de que os intelectuais da Antiguidade viam a Biblioteca de Alexandria com bons olhos e/ou que aprovavam sua política de acumulação de conhecimento⁷, o que um exame mais apurado das fontes descarta.

Não se pretende com este trabalho de conclusão deslegitimar anos de pesquisa dos autores citados acima, pois suas publicações são de extrema importância tanto para a área de História Antiga quanto para a de História do Conhecimento. A própria construção do problema a ser resolvido nesta pesquisa dependeu de uma análise da história da instituição, elaborada por estes autores. Contudo, percebe-se nas fontes antigas a possibilidade de uma nova forma de interpretação, pouco trabalhada, que versa especificamente sobre o que pensavam os autores da Antiguidade sobre a Biblioteca de Alexandria, sobre seus estudiosos, seus financiadores e mesmo sobre os momentos de perda de seu acervo. Justifica-se, assim, o objetivo principal deste trabalho que, diferentemente dos demais, não tem como meta estabelecer o destino da instituição, mas preencher esta lacuna existente nas obras sobre ela até então elaboradas.

A partir dos relatos escritos por autores da Antiguidade, este trabalho pretende compreender de quê modo os estudiosos percebiam a instituição, analisando, ainda, a forma como criticavam o conhecimento produzido pela instituição, as concepções de conhecimento e informação que tinham, ou mesmo a possível diferença que percebiam entre estes dois conceitos. Serão examinados, para isso, os comentários destes autores sobre a Biblioteca, seus freqüentadores e patrocinadores e as perdas de seu acervo.

O primeiro capítulo tratará especificamente do funcionamento da instituição, demonstrado sua organização a partir do trabalho de bibliotecários e estudiosos, sua história e fundação, evidenciando os ideais de seus mantenedores e criadores, ligados ao projeto de expansão da cultura helênica colocado em prática por Alexandre, o Grande. No segundo, far-se-á uma análise das fontes primárias e do relato dos eruditos atuais a respeito do incêndio

⁶ Dos autores consultados para esta pesquisa com obras publicadas que tratam especificamente sobre a história das bibliotecas – descontando, portanto, o artigo de José Afonso Furtado –, Matthew Battles parece ser o único a dar sinais de que compreende que nem todos os intelectuais antigos concordavam quanto à “maravilha” de se ter um centro de saber como a Biblioteca de Alexandria (ver BATTLES, 2003, p. 15). Ainda assim, cai no grupo de autores que tentam determinar uma quantidade de papiros perdidos quando do incêndio de 48 a.C.

⁷ A ser comentada mais detidamente em 4 CRÍTICAS À BIBLIOTECA UNIVERSAL.

supostamente causado por César em Alexandria que teria se alastrado pela cidade e queimado a Biblioteca, dando especial atenção à culpabilidade ou não do general por este acontecimento e a quantidade de livros perdidos na ocasião, questões amplamente discutidas nas fontes. O terceiro e último capítulo colocará em evidência o conceito de *Biblioteca Universal*, no qual – defende-se neste trabalho – a Biblioteca de Alexandria se enquadra, demonstrando que ser uma instituição *total* era intenção de seus criadores, alinhada com os ideais de fundação da própria cidade de Alexandria; far-se-á, ainda, uma análise das poucas fontes que criticam a instituição, seu modo de funcionamento e mesmo os intelectuais que nela estudavam, e uma crítica aos estudiosos contemporâneos que silenciam estas mesmas fontes em seus trabalhos.

2 POR UM MUNDO HELENIZADO

- *É isto, quero que projetes uma cidade com o formato de um manto macedônio, assim, em volta da baía em que estamos agora.*
 – *Só isto?* – perguntou Dinócrates.
 – *Só isto* – respondeu o rei. [...] *E que seja um bom trabalho!* – intimou.
 – *Só mais uma coisa, senhor!* – gritou Dinócrates antes que o rei voltasse ao seu banquete e aos amigos. – *Como deverá se chamar a cidade?*
 – *Alexandria. Deverá chamar-se Alexandria e ser a cidade mais bonita do mundo.*
 (Valerio Massimo MANFREDI. *Aléxandros*. 1999, vol. II, p. 340)

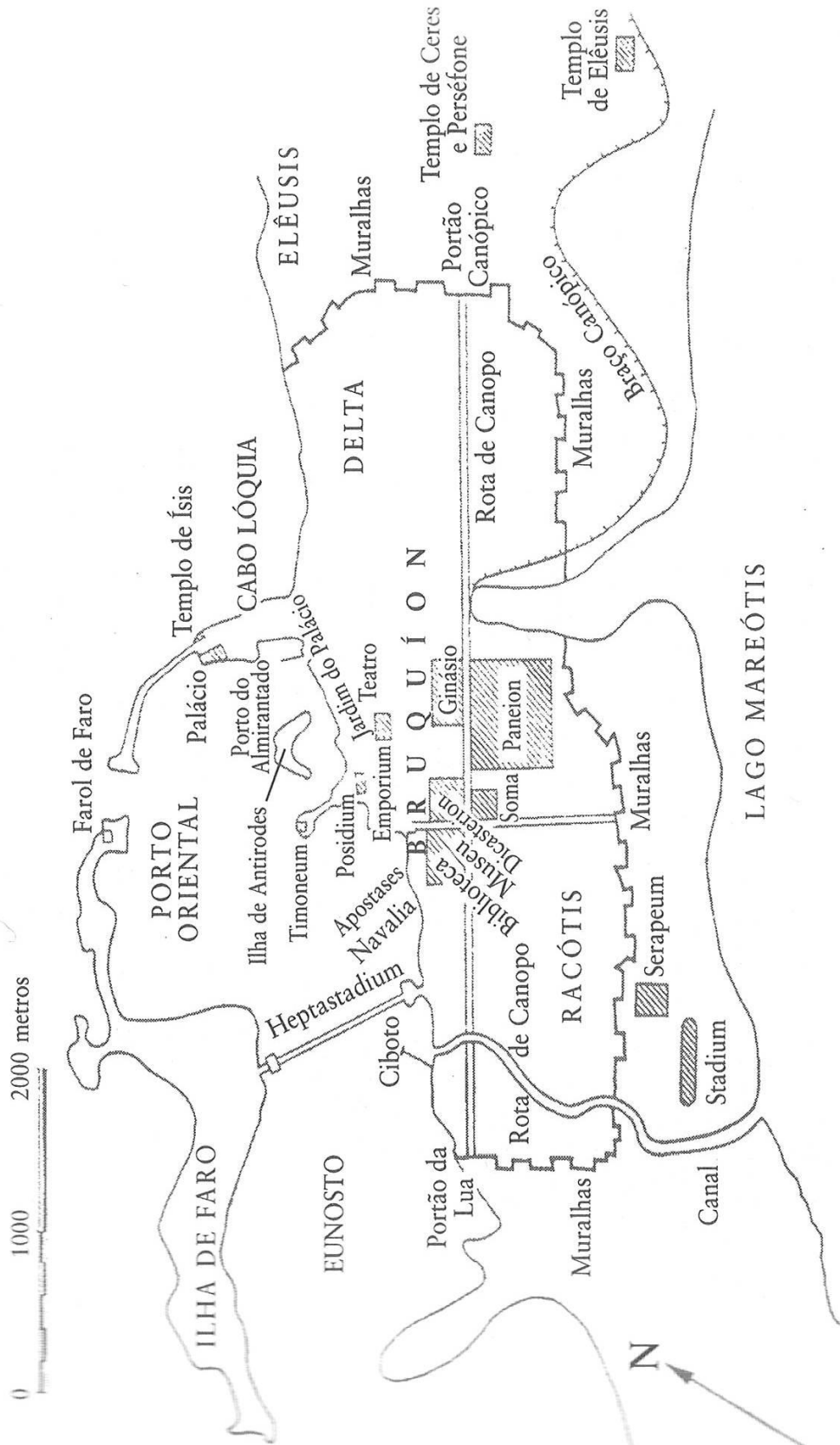
A Macedônia era uma região exterior à Grécia, mas sua história sempre esteve atrelada à dos helenos devido à política de casamentos mantida entre estes povos. Atenas passara a se interessar por seu território a partir de 527 a.C., já que os reinos da região lhe pareciam fracos, facilitando uma possível dominação. Contudo, a situação muda em 359 a.C., com a subida de Filipe II (382 a.C. – 336 a.C.) ao trono da Macedônia: reforçando a autoridade monárquica, soube aliar suas habilidades de *estratego* e político para “tirar partido dos antigos antagonismos que dividiam as cidades gregas, para se intrometer em seus negócios e, pouco a pouco, impor-lhes a hegemonia macedônica” (MOSSÉ, 1982, p. 101).

Ao tornar-se o senhor das terras setentrionais do Mar Egeu, Filipe conseguiu o direito de votar no conselho anfictiônico, um organismo pan-helênico através do qual se tomavam decisões importantes de interesse geral para as cidades-Estado. Vale destacar que o pan-helenismo foi um sistema político que visava reunir todos os gregos dos Bálcãs, das ilhas do Egeu e da Ásia Menor em um só Estado; quem dominasse, portanto, o referido conselho, dominaria, sem dúvida, todas as cidades pertencentes ao Estado Helênico. É interessante pensar que um *estrangeiro*, ou seja, um indivíduo de fora da Hélade propriamente dita, tenha levado a cabo um projeto desta magnitude, sobretudo por não ser reconhecido como parte integrante da comunidade grega.

Todavia, o desejo de Filipe de unir as cidades gregas não vinha de um sentimento de nacionalismo (anterior à própria ideia de nação), e sim de um intento de reconquista do território da Grécia e da própria Macedônia, dominadas em parte pelos persas. Mas Filipe foi assassinado em 336 a.C., ficando a cargo de seu filho, Alexandre III (356 a.C. – 323 a.C.) – também conhecido como Alexandre, o Grande ou Alexandre Magno –, a dita empresa: derrotar o inimigo hereditário. Alexandre não só vence a Pérsia, como também adquire um vasto império, da Líbia à Índia, o maior visto até então. É no contexto de suas conquistas que surge uma das maiores e mais conhecidas cidades da Antiguidade, cidade esta que leva até hoje seu nome.

2.1 - O sonho do rei e a fundação de Alexandria

ALEXANDRIA PTOLEMAICA



Quando Alexandre chegou ao Egito, em 332 a.C., encontrou um país que vinha sofrendo com o governo impopular do rei persa Artaxerxes III Oco (425 a.C. – 338 a.C.). Artaxerxes conquistara o Egito em 343 a.C. e vinha exercendo seu poder sobre o território por intermédio de um governador. Segundo Flower (2002, p. 11), àquela altura o reino egípcio estava reduzido a uma província persa apenas, em nada recordando “a grande potência faraônica dos dias das gloriosas XVIII e XIX dinastias, quando Tutmósis III e Ramsés II governaram a maior parte do Oriente Médio”. A população, então, acolheu o rei macedônico como o salvador que a estava libertando do governo persa.

Durante sua estada, o rei hospedou-se na vila de pescadores chamada Racótis, no extremo ocidental do Delta do Nilo e logo atrás da Ilha de Faro. Afirma o historiador grego Plutarco (46 d.C. –120 d.C.) em trabalho intitulado *Vidas Paralelas* (Alexandre, XLIX-L) que quando Alexandre conquistou o Egito

quis ali construir uma grande cidade, povoá-la com *grande número de habitantes todos gregos* e denominá-la com o seu próprio nome; e estava já pronto para marcar e murar determinado lugar que lhe fora indicado pelo conselho dos engenheiros, quando teve na noite anterior uma visão maravilhosa: aconteceu que foi apresentar-se diante dele um personagem com os cabelos todos brancos de velhice, a face e a presença veneráveis, o qual se aproximou pronunciando estes versos:

Uma ilha existe em meio ao mar profundo,

Diante do Egito, esse país fecundo,

E por seu nome Faros é chamada.

Mal se levantou pela manhã, foi ver essa ilha de Faros [...]; e pareceu-lhe que era no mundo a base mais conveniente para o que tinha em mente fazer [...].⁸

É também através de Plutarco (Alexandre, L-LI) que se tem conhecimento de uma anedota a respeito da fundação de Alexandria. De acordo com o historiador, Alexandre

[...] mandou que, [*sic*] prontamente lhe construíssem e designassem a forma da cidade, segundo a topografia do lugar. Como não achassem imediatamente giz ou terra branca para marcar, tomaram farinha e sobre a terra negra traçaram um grande recinto curvado em figura circular, cuja circunferência terminava internamente em duas bases retas de igual tamanho e que encerravam toda a área do recinto em forma de manto macedônico. Alexandre achou bonito o desenho e ficou muito satisfeito; mas, de repente, uma infinita multidão de grandes pássaros de todas as espécies levantou-se do lago e do rio, em número tão grande que o ar se obscureceu como por efeito de uma grande nuvem, e, vindo pousar naquele recinto, comeu toda a farinha sem nada deixar de sobra.

Perturbou-se Alexandre com o presságio, mas lhe disseram, [*sic*] os adivinhos que não devia aborrecer-se, porque era sinal de que ele construiria ali uma cidade tão fértil em todos os bens que *bastaria para alimentar todos os povos*.⁹

Qualquer que tenha sido o evento que lhe fez brotar a ideia de criação de Alexandria, valendo-se de sua decisão Alexandre contratou “o mais avançado arquiteto da época e

⁸ Disponível em: <ftp://nepi.ucdb.br/pub/ampulhetta/ftp/plutarco/AlexandreCesar.pdf>

⁹ Grifos meus. Disponível em: <ftp://nepi.ucdb.br/pub/ampulhetta/ftp/plutarco/AlexandreCesar.pdf>

ordenou-lhe que projetasse a nova cidade” (FLOWER, 2002, p. 14). Deinócrates, também conhecido como Dinócrates, planejou-a dividindo-a em três setores: um bairro judeu a noroeste, de nome Bruquión, uma área para os palácios reais e para as residências gregas no centro, e uma área expandida para os egípcios locais e outros residentes a oeste. O historiador e filósofo grego Estrabão (64 ou 63 a.C. – 24 d.C.) em obra intitulada *Geografia* (XVII, 1, 8) – uma enciclopédia do conhecimento geográfico de então, separado em 17 livros – afirma que o formato da área da cidade de Alexandria

é como uma clâmide [...]. A cidade como um todo é cruzada por estradas apropriadas para se cavalgar ou guiar carruagens, e [...] contém em sua maioria belos recintos públicos e também os palácios reais, que constituem um quarto ou até mesmo um terço de todo o circuito da cidade; pois, assim como cada um dos reis, em seu amor pelo esplendor, habituou-se a adicionar algum ornamento aos monumentos públicos, da mesma forma ele se daria, com seus próprios gastos, uma residência além daquelas já construídas, de modo que agora, para citar as palavras do poeta, 'há prédio sobre prédio'. Todos, no entanto, estão conectados entre si e ao porto, mesmo aqueles que jazem fora do porto.¹⁰

É interessante notar que a planta da cidade pressupõe divisões entre os indivíduos de diferentes comunidades, mas que o centro – grego – era o elemento de junção entre ambos. Esta “política de pacificação”, na qual o elemento helênico pretende-se o mediador, realizada também por seu sucessor no governo do Egito¹¹, tem uma razão de ser, ligada à intenção de ser bem aceita a intervenção helênica no país. Plutarco relatara em seu *Vidas Paralelas* (Alexandre, LXXXII) que o posicionamento de Alexandre em sua visita à Hircânia, província do Império Persa, fora o de conformar-se

ainda mais com a maneira de viver dos do país e reciprocamente, também os costumes dos do país com os da Macedônia, estando persuadido de *que por meio dessa mistura e por essa adaptação de modos de viver e de agir, as coisas se encaminhariam melhor e em boa paz, união e concórdia, mais pela amizade que pela força*, quando ele estivesse longe do território da Pérsia.¹²

Se Plutarco estiver correto, o rei macedônico tinha por preceito que o invasor deveria procurar adaptar os costumes do seu próprio país aos do país que conquistava, buscando

¹⁰ Tradução do inglês: “[...] is like a chlamys [...]. The city as a whole is intersected by streets practicable for horse-riding and chariot-driving, and [...] contains most beautiful public precincts and also the royal palaces, which constitute one-fourth or even one-third of the whole circuit of the city; for just as each of the kings, from love of splendour, was wont to add some adornment to the public monuments, so also he would invest himself at his own expense with a residence, in addition to those p35already built, so that now, to quote the words of the poet, "there is building upon building." All, however, are connected with one another and the harbour, even those that lie outside the harbour”. Disponível em: http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Strabo/17A1*.html

¹¹ Ptolomeu I *Sóter*, conforme se verá no sub-capítulo 2.2 – O governo dos Ptolomeus e a influência de Demétrio Falereu.

¹² Grifos meus. Disponível em: <ftp://neppi.ucdb.br/pub/ampulhetta/ftp/plutarco/AlexandreCesar.pdf>

entender sua cultura (“seus modos de viver e de agir”), sem deixar de demonstrar a sua própria, e interligá-las, uni-las. Assim, julgava, conseguiria o feito de manter a paz entre os diferentes, além da simpatia dos conquistados, que não o veriam como um destruidor de seus costumes, mas como um amigo vindo de outras terras.

De acordo com Flower, “é difícil dizer se Alexandre tinha ou não a intenção de que a cidade se transformasse, em um período de poucas décadas, no mais influente centro cultural e comercial do mundo ocidental, eclipsando Cartago e Pérgamo e suplantando Roma” (2002, p. 15). Ainda assim, pode-se dizer que sua formação, realizada pelo filósofo grego Aristóteles de Estagira (384 a.C – 322 a.C.), dotou-lhe não apenas de conhecimento político e militar, mas também de arte e ciência. “Por ser um homem de visão”, continua Flower, “ele teria sentido que a cidade projetada por Deinócrates atrairia inevitavelmente não só comerciantes ricos, mas também eminentes estudiosos, artistas e homens de ciência”.

2.2 – O governo dos Ptolomeus e a influência de Demétrio Falereu

Após a morte de Alexandre, seu império foi dividido entre seus generais¹³, cabendo a Ptolomeu (367 a.C. – 283 a.C.) o governo do Egito. Ptolomeu I *Sóter*, como ficou conhecido, iniciou a Dinastia Ptolemaica colocando a sede de seu governo em Alexandria, cidade fundada por seu rei, e utilizando-se da “política de pacificação” de Alexandre para ser bem aceito entre os egípcios. A própria localização de seu palácio em uma cidade que pretendia abrigar diversos povos por si só constituía uma continuidade em relação ao projeto de Alexandre; no entanto, Ptolomeu foi além e, conforme o costume egípcio de criar uma nova divindade para marcar o início de uma dinastia, o governante uniu uma deidade do povo conquistado – o deus-touro Ápis, bastante cultuado no país – com uma de seu próprio povo – o deus máximo da cultura helênica, Zeus –, criando uma figura antropomórfica chamada *Serápis*, a ser adorada na cidade. Parece óbvio constatar que tal invenção tem estreita relação com a “helenização do mundo” propagada por Filipe II.

Tendo como objetivo ser bem visto pelos súditos e demonstrar como aceitar a helenização não era de todo ruim, surgiu a ideia de se construir um centro de saber que abrigasse estudiosos de vários lugares do mundo, instituição esta que mostraria ao mundo não só a hospitalidade para com os estrangeiros que ali aportassem buscando conhecimento, mas

¹³ A divisão se deu durante o conflito conhecido como *Guerra dos Diádocos*, ocorrido entre 323 e 245 a.C. Mais informações sobre a referida guerra podem ser encontradas em “Alexander’s successors: the Diadochi”, disponível em: <http://web.archive.org/web/20110629061645/http://www.livius.org/di-dn/diadochi/diadochi.htm>.

também a intelectualidade e a benevolência do novo senhor do Egito. Não se sabe ao certo se a ideia partiu propriamente de Ptolomeu, mas sabe-se que a criação do que ficou conhecido como *Museu* – um recanto dedicado às Musas anexado ao palácio real, que logo teve colocado junto a ele uma biblioteca onde se poderiam fazer os mais variados estudos – teve influência de um homem chamado Demétrio Falereu (ou Demétrio de Falero).

Pouco se sabe a respeito da vida de Demétrio. É comum entre os estudiosos¹⁴ colocar sua data de nascimento entre 350 a.C. e 360 a.C., acontecida no porto de Falero, em Atenas¹⁵. Filho de um escravo da casa do general Conon (antes de 444 a.C. – depois de 394 a.C.), famoso durante a Guerra do Peloponeso (431 a.C. – 404 a.C.), estudou com o filósofo Teofrasto (372 a.C. — 287 a.C.) na escola fundada por Aristóteles, o *Liceu*¹⁶. Demétrio teve fama como orador, poeta e filósofo e, segundo Báez, “seus bons discursos e o apoio dos filósofos peripatéticos” o levaram a ser escolhido em 317 a.C. como líder de Atenas, dado que seu governante, Cassandro (ca. 350 a.C. — 297 a.C.) – outro dos generais de Alexandre, que ficou com o governo da Macedônia e, por consequência, com o da Grécia após a morte do rei – não poderia estar de corpo presente nos dois países. Diz-se que Demétrio permaneceu no cargo por dez anos, “quando Atenas caiu diante de outro Demétrio, apelidado Poliorcetes¹⁷ (sitiador de cidades) [...]” (BÁEZ, 2006, p. 62), também participante do conflito entre os generais de Alexandre conhecido como *Guerra dos Diádocos*. Conseguindo um salvo-conduto, refugiou-se na cidade grega de Tebas, permanecendo lá até 297 a.C. quando, por iniciativa própria ou por convite do próprio Ptolomeu I – os eruditos não estão de acordo quanto a esta questão¹⁸ – viajou até Alexandria.

Segundo Flower (2002, p. 25), Ptolomeu era, como Demétrio,

um soberano, mas também um intelectual, com um respeito ilimitado por quaisquer pessoas que estivessem de alguma maneira ligadas a Aristóteles e ao Liceu, além de ser aparentado por casamento com Cassandro, ex-patrono de Demétrio. Assim, não demorou muito para que esse déspota exilado de Atenas encontrasse um lugar ao sol no esparramado palácio real de Alexandria.

¹⁴ Por exemplo, Báez, 2006, p. 61.

¹⁵ Até a época do general e político ateniense Temístocles (ca. 524 a.C. – 459 a.C.) era o único porto da cidade de Atenas.

¹⁶ Alguns autores sugerem que Demétrio estudou com o próprio Aristóteles, mas prefiro aqui manter a versão do historiador e biógrafo Diógenes Laércio (200 d.C. – 250 d.C.) em seu *Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres* (1988, p. 146).

¹⁷ Demétrio I da Macedônia, ou Demétrio Poliorcetes (337 a.C. — 283 a.C.) foi rei da Macedônia entre 294 a.C. e 288 a.C..

¹⁸ Báez, por exemplo, sustenta que “quando [Demétrio] se convenceu da impossibilidade de regressar a Atenas, recolheu as roupas e os manuscritos pessoais e se estabeleceu em Alexandria. [...]” (2006, p. 62), enquanto Flower afirma que “inesperadamente chegou [para Demétrio] o convite de Ptolomeu I Sóter para que ele fosse a Alexandria” (2002, p. 24).

Não se sabe ao certo por que surgiu a ideia de se criar um *Museu*, mas Flower (2002, p. 25) afirma que “possivelmente, foi a nostalgia pelo tempo que passara no Liceu ou pela época em que conseguira se cercar dos principais filósofos, poetas e oradores de seu tempo que o levou a sugerir ao rei a criação de um centro de cultura e pesquisa em Alexandria [...]”. Ainda que isto não possa ser comprovado, os eruditos da atualidade concordam entre si que a ideia da criação da instituição não teria surgido apenas do gênio de Ptolomeu, sendo, portanto, a influência de Demétrio imprescindível. Segundo Báez, “em determinado momento [Demétrio] convenceu o rei a construir um prédio, dedicado às musas, com o nome de museu. Fez-se a obra, que se tornou parte do palácio real” (2006, p. 63). “A idéia [*sic*] do museu era extraordinária”, continua o autor. “*De um lado, contribuía para substituir na região a cultura egípcia pela cultura grega e, de outro, serviu ao rei em seu objetivo de aumentar o prestígio de suas ações. Logo o museu contou com uma incrível biblioteca*”¹⁹.

A *Biblioteca de Alexandria* surgiu, assim, no contexto da criação de um centro cultural – o Museu –, para servir de acervo de pesquisa a ele e, ainda, como forma de “aumentar o prestígio” do faraó e helenizar o Egito, por ação não apenas do governante, mas do filósofo Demétrio. A influência deste nas decisões intelectuais da cidade só terminou quando aconteceu a sucessão real. Ptolomeu I era casado com Eurídice²⁰, irmã do general Cassandro, e tinha como concubina uma viúva de nome Berenice (ca. 340 a.C. – entre 279 e 274 a.C.) – ou casou-se com ela, conforme outras versões²¹ – que se diz ser prima de sua esposa. O casamento e a relação extraconjugal funcionaram bem até Ptolomeu preferir o filho de Berenice para tomar o seu lugar no trono e assumir a amante como legítima esposa (transformando-a em Berenice I, primeira rainha da Dinastia Ptolemaica). Demétrio, não se sabe por que razão²², defendeu o filho de Eurídice como faraó de direito e, quando Ptolomeu II *Filadelfo* (filho de Berenice) subiu ao trono, ele foi exilado novamente em uma vila no Delta do Nilo, e morreu anos depois²³.

¹⁹ Grifos meus.

²⁰ Datas de nascimento e falecimento desconhecidas. Sabe-se apenas que foi filha do general macedônico Antípatro (ca. 397 a.C. — 319 a.C.) e irmã de Cassandro.

²¹ Por exemplo, em Flower, 2002, p. 27.

²² Embora Flower (2002, p. 27) afirme que “Demétrio, avaliando que o rei acabaria seguindo a razão e se inclinaria por seu herdeiro de direito, começou ativamente a aconselhar Ptolomeu I a não tornar seu favorito co-faraó, como estava propondo”.

²³ Alguns autores, como o apologista cristão Tertuliano (ca. 160 - ca. 220 d.C.), contudo, sustentam que Filadelfo e Demétrio conviveram em paz, dado que aquele deu a este a tarefa de recolher e traduzir os escritos dos judeus (*Apológico*, XVIII, 5), conforme se verá no próximo sub-capítulo.

2.3 – O funcionamento do Museu e o trabalho dos bibliotecários

O exílio e posterior morte de Demétrio em nada afetaram o funcionamento do Museu ou da Biblioteca pois, assim como seu antecessor, Ptolomeu II era um homem ligado às ciências. Dizia o apologista cristão Tertuliano (ca. 160 d.C. – ca. 220 d.C.) que Filadelfo era “[...] o mais letrado de sua raça, um homem de vasto conhecimento em toda a literatura [...]”²⁴ (*Apologético*, XVIII, 5). Ainda segundo Tertuliano Ptolomeu II teria sido o governante que requisitara a Demétrio – contrariando, então, a versão de que Demétrio havia sido exilado durante seu reinado – que traduzisse os textos da Bíblia judaica para o grego, trabalho que ficou conhecido pelo nome de *Septuaginta*. A *Carta de Aristeu*, documento do século 2 a.C. considerado apócrifo, faz menção a esse episódio da tradução (§9 – §11), embora não determine a qual Ptolomeu se refere, dizendo que

Demétrio de Faleros, *o presidente da biblioteca do rei*, recebeu grandes quantias de dinheiro para o propósito de reunir, tanto quanto pudesse, *todos os livros do mundo*. Por meio de compras e transcrições ele cumpriu, dentro de suas melhores habilidades, os desígnios do rei. Numa ocasião em que estive presente lhe foi perguntado, Quantos milhares de livros há na biblioteca? e ele respondeu, 'Mais de duzentos mil, ó rei, e farei esforço imediato para reunir o restante também, para alcançar o total de quinhentos mil. *Me é dito que as leis dos judeus valem uma transcrição e merecem um lugar em sua biblioteca*'. 'O que o impede de fazê-lo?', replicou o rei. 'Tudo o que é necessário foi colocado à sua disposição.' '*Elas precisam ser traduzidas*,' respondeu Demétrio [...].²⁵

Ainda que a confiabilidade do documento seja posta em questão, quem quer que o tenha sido escrito julgava que Demétrio gozava de grande consideração no palácio, já que era o “presidente da biblioteca do rei”, sendo, portanto, responsável pelo projeto da tradução dos livros judaicos, bem como do objetivo máximo da instituição, que viria a ser a inalcançável captura de “todos os livros do mundo”²⁶. Báez sustenta outra versão ao afirmar que Demétrio não foi o primeiro diretor da Biblioteca, mas sim o filólogo e gramático da Ásia Menor²⁷ Zenódoto de Éfeso (325 a.C. – 260 a.C.). Segundo Báez, um dos mais importantes trabalhos

²⁴ Tradução do inglês: “[...] the most learned of his race, a man of vast acquaintance with all literature [...]”. Disponível em: http://www.tertullian.org/anf/anf03/anf03-05.htm#P334_131093.

²⁵ Tradução do inglês: “Demetrius of Phalerum, the president of the king's library, received vast sums of money, for the purpose of collecting together, as far as he possibly could, all the books in the world. By means of purchase and transcription, he carried out, to the best of his ability, the purpose of the king. On one occasion when I was present he was asked, How many thousand books are there in the library? and he replied, 'More than two hundred thousand, O king, and I shall make endeavour in the immediate future to gather together the remainder also, so that the total of five hundred thousand may be reached. I am told that the laws of the Jews are worth transcribing and deserve a place in your library.' 'What is to prevent you from doing this?' replied the king. 'Everything that is necessary has been placed at your disposal.' 'They need to be translated,' answered Demetrius [...]”. Disponível em: <http://www.attalus.org/translate/aristeeas1.html>

²⁶ Passagem a ser comentada pormenorizadamente em 4 CRÍTICAS À BIBLIOTECA UNIVERSAL.

²⁷ Região do extremo oeste da Ásia, correspondente à Turquia atualmente.

executados por Zenódoto foi a edição de textos clássicos, bastante realizada em Alexandria²⁸, na qual “marcava com sinais os versos duvidosos e orientava o leitor explicando o sentido de frases difíceis” (2006, p. 66).

O sucessor de Zenódoto no cargo foi seu discípulo, o poeta Apolônio de Rodes (295 a.C. – 230 a.C.), o qual atacou o mestre e, “inexplicavelmente”, nas palavras de Báez, “foi destituído de seu cargo, apesar de ter sido tutor de Ptolomeu III Evergetes²⁹ [...]” (2006, p. 66). A ele se seguiu no trabalho uma pessoa que, “afora Arquimedes, que passou somente alguns anos em Alexandria”, segundo Flower (2002, p. 66) era “o homem mais brilhante no Museu e na Biblioteca durante o século 3 a.C., e possivelmente de toda a história da erudição alexandrina”: Eratóstenes. Poeta, matemático, filólogo, astrônomo, cientista, filósofo, gramático, inventor, geógrafo e crítico literário, assumiu o cargo de bibliotecário em 245 a.C. e impressionou ao calcular a circunferência da Terra com a precisão assombrosa de 252 mil estádios (o equivalente a 39.690 km). Sabe-se hoje que a medida tem 40.067,96 km. Gradativamente perdeu a visão, o que o afastou do cargo de diretor, e morreu por se recusar a comer (FLOWER, 2002, p. 70; BÁEZ, 2006, p. 66).

Grande parte dos eruditos da atualidade considera Calímaco de Cirene (310 a.C. – 240 a.C.) como outro dos importantes bibliotecários de Alexandria, contudo Báez (2006, p. 66) salienta que por vezes é considerado nada mais do que um colaborador. Flower (2002, p. 50) afirma que “entrou em cena” à Biblioteca “por volta de 270 a.C., no reinado de Ptolomeu II Filadelfo”. É conhecido por ter catalogado todo o acervo da instituição em um trabalho intitulado *Catálogo de todos os que foram eminentes na literatura em todos os gêneros*, de 120 volumes (BÁEZ, 2006, p. 67; FLOWER, 2002, p. 52). A seguir no cargo de diretor esteve Aristófanes de Bizâncio (ca. 257 a.C. – ca. 180 a.C.), gramático, lexicógrafo, editor de textos e bibliógrafo. Segundo Oliveira (1985, p. 109), “coube-lhe dar seguimento aos trabalhos de Zenódoto na depuração dos textos e nas novas edições críticas [...]” de textos clássicos como Homero, “e de Calímaco, corrigindo e adicionando novas chegadas às *Pinakes*”, isto é, as lâminas utilizadas para catalogar os livros (sistema utilizado por Calímaco). Por seu apoio ascendeu ao mesmo posto, anos depois, o gramático e filólogo Aristarco de Samotrácia (220 a.C. – 143 a.C.), o qual “comentou os principais poetas e delimitou importantes problemas próprios da obra de Homero” (BÁEZ, 2006, p. 67).

²⁸ Em oposição ao trabalho realizado em Pérgamo, como se verá em 4 CRÍTICAS À BIBLIOTECA UNIVERSAL.

²⁹ Ptolomeu III *Evergeta* ou *Evergetes* (280 a.C. – 221 a.C.).

Não se tem notícias sobre outros bibliotecários em Alexandria³⁰. Não se tem, tampouco, descrições antigas do local onde se situava a Biblioteca; quanto ao Museu, contudo, Estabão, em sua *Geografia* (XVII, 1, 8), tendo visitado a cidade de Alexandria relata que

o Museu é também parte dos palácios reais; possui um passeio público, uma Exedra³¹ com assentos, e um grande edifício, no qual fica o refeitório comum dos homens de estudos que dividem o Museu. Este grupo de homens não apenas tem propriedades em comum, mas possui também um sacerdote a cargo do Museu, que antes era nomeado pelos reis, mas agora é nomeado por César.³²

Flower reitera essa descrição, acrescentando que esta disposição estava de acordo com os “moldes do Liceu de Aristóteles” (2002. p. 55). Além disso, Flower salienta (2002. p. 55) que os intelectuais do Museu recebiam alojamentos e alimentação, altos salários e isenção de impostos para ali estudar, e que havia um sacerdote nomeado pelo rei e um diretor para administrar o funcionamento e as finanças do local e para garantir que todos estivessem bem instalados. A única preocupação dos estudiosos, de fato, era seus temas de pesquisa, uma vez que “apesar de sua inspiração aristotélica”, como diz Battles (2003, p. 32-33), “a biblioteca afastava-se bastante do modelo peripatético. Embora tivesse a intenção de atrair pensadores e estudiosos, nenhum programa formal de ensino foi adotado [...]” pois, “já naquela época tendiam a encarar a docência como uma vocação e um incômodo”.

Apesar de não se saber como era organizada fisicamente a Biblioteca, Flower afirma que, por ser anexada ao recinto real, “o acesso ao Museu e à Biblioteca era limitado de início aos convidados do rei”, mas que, com o tempo e o número crescente de estudiosos e de papiros acumulados através de uma política de *caça aos livros*, “o local se transformou em um lugar de estudo público para eruditos reputados [...]” (2002, p. 25). Este conceito de *caça aos livros* é bastante interessante e está intrinsecamente relacionado ao objetivo de obter “todos os livros do mundo”, ressaltado no documento *Carta de Aristeu* e, portanto, merece menção. Sabe-se que os três primeiros faraós da Dinastia Ptolemaica dispunham de diversos meios financeiros (e mesmo de influência) para adquirir os manuscritos que desejassem. Todos os autores contemporâneos consultados para esta pesquisa relatam que, apaixonados

³⁰ Embora Báez (2006, p. 67-68) informe os nomes de Licofon de Cálcis, poeta grego do século III a.C., e do gramático Dídimos de Alexandria (65 a.C. – 10 d.C.) como ajudantes da Biblioteca.

³¹ Recinto semicircular, utilizado geralmente para discussões em grupo.

³² Grifos meus. Tradução do inglês: “The Museum is also a part of the royal palaces; it has a public walk, an Exedra with seats, and a large house, in which is the common mess-hall of the men of learning who share the Museum. This group of men not only hold property in common, but also have a priest in charge of the Museum, who formerly was appointed by the kings, but is now appointed by Caesar”. Disponível em: http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Strabo/17A1*.html

pelas letras e bibliófilos que eram, estes governantes investiram muito na compra de obras raras em códices e papiros e, quando se deparavam com livros que não estavam à venda, usavam de subterfúgios para consegui-los a qualquer preço. Decretos foram promulgados proibindo que navios partissem de Alexandria sem antes serem revistados a fim de se saber se transportavam ou não livros. Caso estivessem carregados de obras de interesse dos soberanos, os livros eram copiados e posteriormente devolvidos. Sorte tinham aqueles que recebiam a obra original de volta ao invés de levarem consigo os trabalhos feitos pelos copistas da Biblioteca.

Esta política de captura de manuscritos foi tão efetiva que, já no tempo de Ptolomeu II Filadelfo outro prédio foi construído, junto ao templo de *Serápis*, para abrigar o que ficou conhecido como *Biblioteca Filha*, uma vez que a Matriz já não continha mais espaços para a profusão de livros. A prática da caça está ligada ao projeto de sustentação do prestígio do faraó por meio de incentivo à ciência, aumentando o acervo da Biblioteca. Como se pode perceber neste capítulo, conforme José Afonso Furtado afirma em seu artigo *O Mito da Biblioteca Universal* (2007), “[...] *uma coleção pode induzir o reavivar de recordações concretas ou emergir como instrumento político ou religioso, que tanto pode servir de ponto de união como ponto de mira*”³³ (p. 45). Como se salientou aqui, de fato a Biblioteca foi usada como instrumento político pela Dinastia Ptolemaica para demonstrar sua benevolência e até preocupação para com a ciência e os estudiosos no intuito de aumentar e/ou preservar o *status* dos governantes que a mantinham. Este uso da instituição serviu tanto para unir os diferentes povos que se encontravam na cidade quanto para atrair a ira de governantes de outras cidades (ou mesmo de governantes Ptolomaicos³⁴) que a viam com desprezo. Como veremos no capítulo seguinte, contudo, nem todos os momentos em que a Biblioteca de Alexandria supostamente sofreu ataques se determinou com exatidão se havia realmente o intuito de se destruí-la por parte dos responsáveis.

³³ Grifos meus.

³⁴ Os três primeiros governantes Ptolomaicos (Sóter, Filadelfo e Evergeta) ficaram conhecidos como homens cultos que mantiveram as políticas de apoio ao Museu e à Biblioteca de Alexandria. No entanto, segundo Flower (2002, p. 89-91), os demais governantes da Dinastia trataram as instituições com descaso, chegando a atacá-las, inclusive, o que causou uma fuga dos intelectuais da cidade. O Museu e a Biblioteca só foram novamente elevados com a subida ao poder de Cleópatra VII *Nea Tea* (69 a.C. – 30 a.C.)

3 A ANGÚSTIA DA PERDA

*Ali, também, estava o braço todo-protetor de César;
 Pois aqueles à ponta da espada, e aqueles com fogo
 Ele força a recuar, e apesar de sitiado ele ousa
 Atormentar os atacantes: e enquanto jazem os navios
 Ligados, fileira a fileira, ordena soltar aos lados deles
 Lâmpadas embebidas em alcatrão fumegante. Não tarda o fogo
 A apoderar-se dos cabos de cânhamo e os conveses
 Escorrendo com piche derretido; o banco do remador
 Ao mesmo tempo, e os pátios elevados
 Explodem em chamas: imersos ao meio jaziam os barcos
 Enquanto nadavam os inimigos, todos armados, contra as ondas;
 Tampouco caem as labaredas sobre os navios apenas,
 Mas tomaram com línguas retorcidas as casas vizinhas,
 E sopradas até a fúria pela brisa do sul
 Tempestuosas, saltaram de teto em teto;
 Não diverso de como em seu caminho celestial,
 Intocada por matéria, flutua a esfera de luz,
 Apenas pelo ar incendiada³⁵.*

(Marco Aneu LUCANO. *Pharsalia*. Livro X, v. 595-607)

A Biblioteca do *Museu* e a Biblioteca do *Serapeum*, que formavam o complexo chamado comumente de Biblioteca de Alexandria, receberam grandes incentivos dos três primeiros faraós da dinastia Ptolemaica, tendo 75 anos de grande esplendor. Contudo, seus sucessores passaram a vê-las, bem como aos estudiosos que a seus papiros recorriam, com desinteresse e até mesmo com ódio e aversão, extinguindo o patrocínio e “causando uma drenagem invertida de cérebros” à cidade (FLOWER, 2002, p.90). “Isso não significou”, continua Flower, “que os homens de ciências e letras pararam de freqüentar a Biblioteca. Continuaram a fazê-lo, mas na Biblioteca Filha existente no Serapeum, na parte egípcia da cidade, onde se sentiam menos ameaçados [...]” (2002, p.91). O patronato real só voltou à ativa quando Cleópatra VII *Nea Tea* (69 a.C. – 30 a.C.) assumiu o governo do Egito.

No entanto, há que se ressaltar que, para assumir a coroa, Cleópatra teve de travar uma guerra contra seu irmão, Ptolomeu XIII (63 a.C. – 47 a.C.), o herdeiro de direito ao trono apoiado tanto pela elite egípcia quanto pela população e pelo exército. Relatos de escritores da Antiguidade, os quais serão analisados pormenorizadamente no sub-capítulo II.1, afirmam

³⁵ Tradução do inglês: “There, too, was Caesar's all-protecting arm; / For these at point of sword, and those with fire / He forces back, and though besieged he dares / To storm th' assailants: and as lay the ships / Joined rank to rank, bids drop upon their sides / Lamps drenched with reeking tar. / Nor slow the fire / To seize the hempen cables and the decks / Oozing with melting pitch; the oarsman's bench / All in one moment, and the topmost yards / Burst into flame: half merged the vessels lay / While swam the foemen, all in arms, the wave; / Nor fell the blaze upon the ships alone, / But seized with writhing tongues the neighbouring homes, / And fanned to fury / By the Southern breeze / Tempestuous, it leaped from roof to roof; / Not otherwise than on its heavenly track, / Unfed by matter, glides the ball of light, / By air alone aflame”. Disponível em: http://ancienthistory.about.com/library/bl/bl_text_lucan_x.htm.

que durante esta guerra a Biblioteca do Museu sofreu uma grande perda em seu acervo devido a um suposto incêndio, que alguns presumem ter sido causado a mando de Júlio César (100 a.C. – 44 a.C.). Apoiador de Cleópatra, César travou batalha contra Ptolomeu e seu exército e, encurralado no palácio real junto a ela, teria dado ordem para que os navios – seus e do exército inimigo – fossem queimados. Tal atitude teria condenado diversos rolos de papiro da instituição a arderem em chamas.

Como pôde o suposto incêndio ter chegado ao Museu não é um consenso entre os autores, como se verá a seguir; tampouco o é o fato de César ter ou não queimado os rolos de papiro, fosse espontânea ou acidentalmente. Divididos entre os relatos, os eruditos da atualidade também não chegam a uma conclusão sobre estas questões, tendo opiniões adversas sobre as mesmas. Ver-se-á, portanto, como estes problemas são abordados pelos autores da Antiguidade e, ainda, como os escritores contemporâneos interpretam as fontes antigas.

3.1 – A narrativa da perda pelos autores da Antiguidade

O autor e gramático latino Aulo Gélío (ca. 125 d.C. – depois de 180 d.C.), em trabalho intitulado *Noites Áticas* (VII, 17, 3), faz um comentário a respeito das primeiras bibliotecas da Antiguidade e, citando a Biblioteca de Alexandria, destaca especificamente o número de livros contidos nela, bem como o incêndio já referido anteriormente:

Mais tarde uma enorme quantidade de livros, *quase setecentos mil volumes*, foi ou adquirida ou escrita no Egito durante o reinado dos reis conhecidos como Ptolomeus; mas estes foram todos queimados durante o saque da cidade em *nossa primeira guerra contra Alexandria, não intencionalmente ou por ordem de alguém, mas acidentalmente pelos soldados auxiliares*.³⁶

Nesta fonte tem-se o autor assumindo explicitamente a ideia de que o incêndio não foi intencional, não tendo sido também mandado executar por quem quer que fosse, e sim que aconteceu por acaso, acidentalmente, por soldados auxiliares durante a guerra civil alexandrina. Parece claro que o autor decide-se por não acusar César com relação ao incêndio devido à sua identificação com os romanos, já que se refere também como pertencente àquela comunidade (“nossa primeira guerra contra Alexandria”). O que mais salta aos olhos nesta

³⁶ Grifos meus. Tradução do inglês: “At a later time an enormous quantity of books, nearly seven hundred thousand volumes, was either acquired or written in Egypt under the kings known as Ptolemies; but these were all burned during the sack of the city in our first war with Alexandria, not intentionally or by anyone's order, but accidentally by the auxiliary soldiers.” Disponível em: http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Gellius/7*.html

passagem, contudo, é o número de livros que Gélio afirma serem de posse da Biblioteca: *quase 700 mil volumes*.

Conforme se viu no capítulo anterior, era vontade do mantenedor da instituição, Ptolomeu I, e do idealizador da mesma, Demétrio Falereu, ter posse de “todos os livros do mundo”, o que, colocando em números, seria algo em torno de 500 mil volumes. Uma vez que o objetivo primeiro da Biblioteca era ser *universal*, não é de se estranhar que Gélio tenha suposto conter um número maior de livros no acervo da instituição: durante a captura de uns livros, tantos outros mais foram escritos, o que aumentaria cada vez mais a meta a ser atingida. É de se tomar nota, contudo, que o autor latino tenha afirmado que todos estes supostos 700 mil volumes queimaram durante o incêndio de 48 a.C.. Plutarco reitera essa afirmação no Tomo V de *Vidas Paralelas* ao dizer que, tendo a esquadra de Áquila, o general das tropas reais, interceptado César, este “[...] foi obrigado a afastá-los com o fogo, o qual incendiou o arsenal onde estavam os navios, bem como a grande e afamada biblioteca de Alexandria”³⁷ (LXIV), o que faz parecer que o general romano foi posto em uma situação na qual não tinha outra saída senão incendiar (ou mandar incendiar) os navios do porto de modo a abrir caminho para a sua saída do palácio. Além de corroborar a afirmação de Gélio de que a biblioteca consumiu-se em chamas por completo nesta ocasião, Plutarco ainda utiliza o adjetivo *célebre* para descrevê-la. Parece plausível supor que sua impressão sobre a instituição, então, era a melhor possível, e que lastimou notificar sua destruição pelas chamas.

O *Bellum Civile* (ou *Comentários sobre a Guerra Civil*), de autoria do próprio Júlio César, ao comentar sobre a guerra contra Áquila apresenta outra visão a respeito do incêndio (III, 111):

Áquila, confiando na bravura de suas tropas, e desprezando o punhado de homens que seguiam César, rapidamente fez-se o senhor de Alexandria, exceto apenas pelo palácio, onde César achou adequado firmar sua posição, e que ele atacou ativamente, ainda que sem efeito. *Mas foi no lado do porto que foram feitos os maiores esforços. Disso, efetivamente, dependia a vitória.* Além de vinte e dois navios de guarda constante, havia no porto cinquenta galés [...]. Se Áquila tomasse o comando desses navios, ele poderia cortar todo o acesso de César ao oceano, e conseqüentemente todas as esperanças de receber suprimentos de provisões ou homens. Dessa forma, os egípcios, em busca de uma vitória completa, e os romanos, para evitar ruína certa, esforçaram-se com incrível vigor. *Finalmente César alcançou seu objetivo, e não apenas ateou fogo aos navios mencionados, mas a todos que estavam nos arsenais, e depois passou algumas tropas para a ilha de Faro.*³⁸

³⁷ Grifos meus. Disponível em: <ftp://neppi.ucdb.br/pub/ampulhetta/ftp/plutarco/AlexandreCesar.pdf>

³⁸ Grifos meus. Tradução do inglês: “Achillas trusting to the valour of his troops, and despising the handful of men that followed Caesar, quickly made himself master of Alexandria, the palace only excepted, where Caesar thought proper to make his stand, and which he attacked briskly, though without effect. But it was on the side of the harbour that the greatest efforts were made. On that, in effect, the victory depended. Besides two and twenty constant guard-ships, there were in the port fifty galleys [...]. Had Achillas been once master of these vessels, he

Aqui se percebe que César cita o incêndio dos *navios*, sem citar o suposto incêndio da Biblioteca e nem mesmo o suposto incêndio da cidade, conforme ver-se-á que referem outros autores. Na parte 1 do *Bellum Alexandrinum* (ou *Comentários sobre a guerra*), outro trabalho de sua autoria, tem-se o que parece ser uma argumentação sobre a falta de referência à passagem do fogo do porto para a cidade, conforme segue: “*Pois Alexandria está de certo modo segura contra o fogo, porque todas as casas são construídas sem vigas ou madeira, e são todas abobadadas, e telhadas com telhas ou pavimento de pedra*”³⁹. De acordo com César, portanto, seria improvável que a cidade ardesse com um incêndio, o que invalidaria as versões que sustentam que o fogo dos navios se alastrou a ponto de chegar à Biblioteca.

O historiador romano Dião Cássio (ca. 155 a 163/164 d.C. – depois de 229 d.C.), também conhecido como Dion Cássio em sua *História de Roma*, sustenta versão diferente da de César, reiterando os relatos de Aulo Gélio e Plutarco. Segundo ele, durante a guerra em Alexandria “muitos lugares foram incendiados, resultando-se que as docas e armazéns de grãos, entre outros prédios, foram queimados, e também a biblioteca, cujos volumes, diz-se, eram da maior quantidade e excelência”⁴⁰ (XLII, 38, 2). Ainda que não precise um número exato para as perdas, é perceptível a asserção do autor de que os livros perdidos eram de grande valor. Notável também é a sua afirmação de que tanto as docas onde estavam os navios quando os armazéns de grãos – e ainda outras tantas construções da cidade as quais não cita – queimaram no incêndio, o que até então não havia sido sustentado por nenhum autor que se analisou anteriormente.

O historiador antioquense Amiano Marcelino (c.352-330 d.C. – 391 d.C.), no livro XXII (12-13) de sua *História de Roma* dá também a sua versão sobre o incêndio. Assim como Gélio, faz uma pequena referência ao número perdido de rolos da Biblioteca:

Há, além da cidade, templos suntuosos com sublimes telhados, notável entre eles o Serapeum [...]. *Nele havia bibliotecas de valor inestimável; e o relato simultâneo de registros antigos afirma que setenta mil volumes, que haviam sido reunidos com*

might have cut Caesar off from all communication with the ocean, and consequently from all hopes of receiving supplies of victuals or forces. Thus the Egyptians, in hopes of a complete victory, and the Romans to avoid a certain ruin, exerted themselves with incredible vigour. At length Caesar carried his point, and not only set fire to the vessels abovementioned, but to all that were in the arsenals, after which he passed some troops into the Isle of Pharos”. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=urn:cts:latinLit:phi0448.phi002.perseus-eng1:3.111>.

³⁹ Grifos meus. Tradução do inglês: “For Alexandria is in a manner secure from fire, because the houses are all built without joists or wood, and are all vaulted, and roofed with tile or pavement”. Disponível em: <http://mcadams.posc.mu.edu/txt/ah/Caesar/CaesarAlexan.html>.

⁴⁰ Grifos meus. Tradução do inglês: “many places were set on fire, with the result that the docks and the storehouses of grain among other buildings were burned, and also the library, whose volumes, it is said, were of the greatest number and excellence”. Disponível em: http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Cassius_Dio/42*.html.

*afoito esmero pelos Ptolomeus, foram queimados na guerra de Alexandria, quando a cidade foi saqueada no tempo de César, o Ditador.*⁴¹

Marcelino não chega a explicar quem são os autores dos “registros antigos” dos quais se utiliza para narrar o capítulo de sua obra sobre o Egito. No entanto, é interessante perceber neste trecho a interpretação que o historiador faz destas supostas fontes para afirmar que existiam 700 mil volumes na Biblioteca de Alexandria – retomando, assim, a afirmação de Aulo Gélcio –, quando esta queimou durante o “saque” à cidade sob a supervisão governo do “ditador César”. Não está clara aqui a opinião do autor sobre a responsabilidade do incêndio ser ou não do general romano; contudo, seu nome é citado na passagem, como que para situar o leitor no tempo e, ainda, para lembrá-lo de que não é necessário dar a ordem para ser culpado por certas ações. Há que se ressaltar outro ponto nesta passagem, que se refere à afirmação de que estes livros estavam contidos no *Serapeum*. Conforme se viu no capítulo anterior, o templo de Serápis também continha uma Biblioteca, comumente chamada de “Filha” da instituição original. Não se questiona aqui a veracidade desta afirmação; ressalta-se, contudo, o fato de nenhum outro autor até então ter referido este detalhe, que muda toda a perspectiva sobre a localidade da biblioteca estar ou não próxima aos locais no qual o fogo começou⁴².

O mais interessante deste trecho, contudo, é a afirmação de que 700 mil livros é um número unânime, relatado pelas fontes antigas as quais ele se reporta. Marcelino não é totalmente verdadeiro a este respeito: de fato Gélcio afirmara que 700 mil volumes existiam no acervo da Biblioteca, e que todos eles haviam queimado no incêndio; todavia, o escritor, advogado e filósofo do Império Romano Lúcio Aneu Sêneca (4 a.C. – 65 d.C), em diálogo intitulado *Da Tranquilidade da Alma*, relata que 40 mil livros queimaram nesta mesma ocasião⁴³. Se Sêneca morreu mais de duzentos anos antes do nascimento de Marcelino, parece lógico constatar que ou o historiador não entrou em contato com os trabalhos do filósofo ou omitiu o fato de ter um número exato para a quantidade de perdas, escolhendo manter o maior número, talvez para causar mais consternação sobre a queima de uma biblioteca como a de Alexandria.

⁴¹ Grifos meus. Tradução do inglês: “There are besides in the city temples pompous with lofty roofs, conspicuous among them the *Serapeum* [...]. In it were libraries of inestimable value; and the concurrent testimony of ancient records affirm that 70,000 volumes, which had been collected by the anxious care of the Ptolemies, were burnt in the Alexandrian war when the city was sacked in the time of Caesar the Dictator”. Disponível em: http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Ammian/22*.html.

⁴² Conforme se pode perceber pelo mapa da página 15.

⁴³ Outras citações deste trabalho serão pormenorizadamente analisadas em 4 CRÍTICAS À BIBLIOTECA UNIVERSAL.

Por fim, o historiador, teólogo e apologista cristão Paulo Orósio (c. 385 d.C. – 420 d.C.) em trabalho intitulado *Historiae Adversum Paganos* (ou *História contra os pagãos*) relata o seguinte (VI, 15, 31):

Durante o combate *ordens foram dadas* para que se ateasse fogo à frota real, que por acaso estava ancorada na costa. *As chamas se espalharam por parte da cidade e ali queimaram quatrocentos mil livros guardados num prédio que acontecia de estar próximo. Assim pereceu aquele maravilhoso monumento à atividade literária de nossos ancestrais, que haviam juntos reunido tantas grandes obras de brilhantes gênios.*⁴⁴

Orósio decide não nomear aquele que deu ordens para que se ateasse fogo à frota do rei, mas salienta que esta foi uma ordem de fato, e não um acidente. Afirma ainda que *400 mil livros* queimaram no incêndio, e não 700 mil ou 40 mil como os autores analisados anteriormente relataram. É de sua opinião, ainda, que a Biblioteca de Alexandria foi um monumento de grande valor para a atividade literária, e que estavam reunidas nela grandes obras de verdadeiros gênios. Como ver-se-á no próximo capítulo, esta opinião nem sempre é corroborada.

3.2 – A atual narrativa

As narrativas atuais a respeito do incêndio da Biblioteca apresentam muito poucas críticas a respeito das incertezas postas nos relatos da Antiguidade. Tanto quanto os escritos antigos, as dúvidas atuais estão localizadas na quantidade de livros queimados, na “culpa” do incêndio posta ou não sobre César, e mesmo na localidade onde realmente estavam os livros queimados na ocasião.

O escritor Matthew Battles, por exemplo, sustenta a seguinte versão em seu *A conturbada história das bibliotecas* (2003, p. 29-30):

Quando em 48 a.C. Júlio César veio auxiliar Cleópatra em sua guerra contra o jovem Ptolomeu XIII, as bibliotecas da cidade já contavam quase trezentos anos. *César ateou fogo aos navios* ancorados no porto de Alexandria para impedir seu inimigo de tomar a cidade pelo mar. *De acordo com Sêneca, isso provocou uma conflagração que destruiria 40 mil livros de uma só vez. Outros afirmam que o fogo teria atingido apenas os livros estocados num armazém, onde ficavam antes de serem levados às estantes. O mais provável é que fossem livros que César mandara*

⁴⁴ Grifos meus. Tradução do inglês: “During the combat orders were issued to set fire to the royal fleet, which by chance was drawn on shore. The flames spread to part of the city and there burned four hundred thousand books stored in a building which happened to be nearby. So perished that marvelous monument of the literary activity of our ancestors, who had gathered together so many great works of brilliant geniuses”. Disponível em: https://sites.google.com/site/demontortoise2000/orosius_book6.

*despachar para Roma e que estivessem ali aguardando o momento do embarque. [...]*⁴⁵

Battles afirma nesta passagem que César começou o incêndio (talvez não querendo dizer que César pessoalmente o fez, mas afirmando implicitamente que mandou fazê-lo) e que durante ele os livros que o general mandara estocar nos armazéns perto do porto para enviar para Roma queimaram. Até então nenhum autor havia assumido esta versão, e é de se estranhar que uma ação de figura tão conhecida como César tenha sido omitida ao longo do tempo. Um fato interessante é que se mantém neutro com relação ao número de volumes queimados: cita Sêneca e os 40 mil livros, mas em nenhum momento reitera a ideia de que esta exata quantidade se perdeu.

O italiano Luciano Canfora em seu *A Biblioteca Desaparecida: Histórias da Biblioteca de Alexandria* (1989) cita o poema Lucano – mostrado no início deste capítulo –, afirmando que é “a única descrição disponível da dinâmica do incêndio” (p. 66). Cita, ainda, os trabalhos de Dião Cássio e Orósio, os quais diz terem, assim como Lucano, retirado “o seu material de Tito Lívio” (p. 66), embora não determine em qual dos trabalhos de Lívio estes autores se baseiem. Sua posição quanto ao local onde os livros estavam vai ao encontro da de Battles (2003, p. 68), uma vez que afirma que

Por estar fora de hipótese que os depósitos do Museu se encontrassem no exterior do palácio e estivessem guardados no porto junto aos armazéns de trigo, é quase supérfluo observar que, por conseguinte, *os rolos incendiados não tinham relação alguma com a biblioteca real. [...] Portanto, eram mercadorias. Mercadorias destinadas ao rico e exigente mercado exterior: Roma, por exemplo, e outras metrópoles cultas, para as quais trabalhavam os impudentes livreiros de Alexandria [...]*⁴⁶

O trecho, como se pode perceber, difere do de Battles apenas com relação à procedência dos livros: não eram, segundo Canfora, livros da Biblioteca real, mas sim mercadorias que seriam enviadas para outras metrópoles, mercadorias estas provavelmente produzidas pelos livreiros da cidade, e não pelos intelectuais que trabalhavam no e para o Museu.

O escritor espanhol Fernando Báez, em trabalho intitulado *História universal da destruição dos livros: Das tábuas sumérias à guerra do Iraque* (2006, p. 68) pensa diferente:

O brilhante trabalho da biblioteca foi obscurecido por uma sucessão interminável de ataques. Júlio César, na guerra pelo trono do Egito, [...] mandou lançar archotes incendiários contra a frota egípcia, reduzindo-a a cinzas em poucas horas. Dion Cássio presumiu que o incêndio atingiu alguns depósitos no porto, onde se

⁴⁵ Grifos meus.

⁴⁶ Grifos meus.

queimaram muitos livros. Sêneca, de fato, confirmou a perda de quarenta mil rolos nesse acontecimento [...].

De minha parte, arrisco-me a conjecturar que os quarenta mil livros estavam nesse depósito depois de chegar a Alexandria em barcos diferentes, isto é, eram aquisições recentes para a biblioteca do museu. Desgraçadamente, os conflitos impediram a chegada dos textos ao destino final.⁴⁷

Como se pode perceber, Báez assume a versão de que César foi realmente o mandante do incêndio. Além disso, é de sua opinião que o trabalho realizado na Biblioteca de Alexandria era “brilhante” e, citando autores antigos dos quais os relatos já foram analisados aqui, sustenta que os livros queimados – quarenta mil, reiterando as versões de Sêneca e Orósio – estavam em armazéns por serem novas aquisições da instituição. Conforme se viu anteriormente, a versão de Dião Cássio aqui apresentada não refere que os rolos estivessem depositados em armazéns, e sim que armazéns de grãos queimaram durante o incêndio, assim como a biblioteca. Não se descarta a possibilidade de a tradução que se utiliza aqui entenda “biblioteca” como a coleção de livros que ardeu junto aos armazéns nem a de que Báez tenha compreendido a palavra desta maneira, descartando a probabilidade de o prédio da instituição ter queimado. De todo modo, o escritor lança uma ideia diferente das que se percebe em outros autores, a de que os livros queimados eram *novos*, que nem haviam sido levados até seu destino, o que, para ele, era uma desgraça.

Agustín Millares Carlo em obra denominada *Introducción a la historia del libro y de las bibliotecas* (1993, p. 229-230) apresenta a seguinte idéia, citando inclusive o trabalho do historiador francês Auguste Bouché-Leclercq, *Histoire des Lagides*:

A biblioteca do Museu pereceu no tempo de Júlio César. [...] “Por uma negligência, os alexandrinos haviam deixado no grande porto, sem marinharia nem vigilância, toda sua esquadra, formada por setenta e dois navios de guerra. As tropas de Áquila se esforçaram em apoderar-se delas; mas César, que compreendia que se os inimigos permanecessem donos das comunicações marítimas, sua derrota era certa, conseguiu atear-lhes fogo, assim como aos navios que estavam nos arsenais...”⁴⁸
Neste incêndio – ao que parece – sucumbiu a Biblioteca do Museu, por mais que os testemunhos dos escritores antigos não estejam de acordo acerca desse sucesso.”⁴⁹

Carlo afirma nesta passagem que a Biblioteca foi destruída quando do incêndio e, ao citar Bouché-Leclercq, assume que César foi seu responsável. Diferentemente dos demais

⁴⁷ Grifos meus.

⁴⁸ Bouché-Leclercq. *Histoire des Lagides* (Paris, 1903), II, p 198-199.

⁴⁹ Grifos meus. Tradução do espanhol: “La biblioteca del Museo pereció em tiempos de Julio César. [...] ‘Por una negligencia, los alexandrinos habían dejado em el gran puerto, sin marinería ni vigilancia, toda su escuadra, formada por setenta y dos navíos de guerra. Las tropas de Aquilas se esforzaron em apoderarse de ellas; pero César, que comprendia que si los enemigos quedaban dueños de las comunicaciones marítimas, su derrota era segura, logro prenderles fuego, así como a los navios que estaban em los arsenales...’ Em este incêndio – a lo que parece – sucumbió la Biblioteca del Museo, por más que los testimonios de los escritores antiguos no están acordes acerca de este suceso.”

autores, contudo, Carlo admite que toma estas posições mesmo que os registros da Antiguidade não estejam de acordo entre si com relação a esta destruição.

No seu *Biblioteca de Alexandria: As histórias da maior biblioteca da Antigüidade* (2002), Derek Adie Flower reitera a afirmação de Carlo de que a única chance de César vencer a guerra era destruindo a frota inimiga, o que foi feito e revelou-se, segundo ele, “uma brilhante manobra tática, [...] *mas um desastre para a ciência*, pois o fogo não destruiu apenas os barcos, espalhou-se pelos estaleiros e armazéns onde estavam guardados muitos dos preciosos códices e papiros, e de lá aparentemente se alastrou para a região do Bruquíon, com seu Museu e Biblioteca [...]” (p. 108)

Compactuando com Carlo sobre as diferenças entre os relatos antigos estão Leighton D. Reynolds e Nigel G. Wilson. No seu *Scribes and Scholars: A Guide to the Transmission of Greek and Latin Literature* (1991, p. 44), os autores afirmam que

[...] *a tradição que César foi acidentalmente responsável por sua destruição [a da Biblioteca do Museu] durante sua visita ao Egito (48-47 a.C.) tem sido vastamente aceita, mas as fontes não estão totalmente de acordo a respeito da extensão do dano, e parece provável que não mais do que uma seção da biblioteca foi queimada [...]; destruição total também é difícil de conciliar com a evidência que Estrabão aparentemente fez em sua pesquisa geográfica em Alexandria. [...]*⁵⁰

Aqui os autores optam por uma posição neutra em relação à responsabilidade pelo incêndio ser ou não de César, dizendo apenas que a versão de que o general é culpado pela queima acidental da Biblioteca é aceita pela maioria; também alertam para o fato de que não acreditam que a instituição inteira tenha sido destruída, uma vez que as fontes não estão de acordo entre si em relação à extensão das perdas – querendo referir-se à quantidade de volumes perdidos, certamente, o que já se descobriu aqui realmente não ser um consenso. Por fim, salientam a existência do relato de Estrabão, que visitou Alexandria após o acontecimento, e que não se refere à Biblioteca como uma instituição arruinada ou destruída. Esta informação é reiterada pelo arqueólogo Jean-Yves Empereur, reconhecido por seu trabalho da região de Alexandria, em artigo publicado no livro *What happened to the Ancient Library of Alexandria?* (2008) ao dizer que “é certamente difícil imaginar o total desaparecimento da Biblioteca no tempo de César, dado que Estrabão, que, no ano 25 a.C.,

⁵⁰ Grifos meus. Tradução do inglês: “[...] the tradition that Caesar was accidentally responsible for its destruction during his visit to Egypt (48-47 B.C.) has been widely accepted, but the sources are not entirely in agreement as to the extent of the damage, and it seems likely that no more than a section of the library was burnt [...]; total destruction is also difficult to reconcile with the evidence that Strabo apparently did his geographical research in Alexandria”.

nos dá a mais detalhada descrição da antiga Alexandria, menciona o Museu no parágrafo 8, capítulo 17 de sua *Geografia*⁵¹.

3.3 – O conteúdo implícito nos relatos antigos e atuais

Como se pode ver nos sub-capítulos anteriores, tanto os relatos da Antiguidade quanto os da Contemporaneidade não entram em consenso em relação ao número de volumes perdidos no incêndio, à culpabilidade de Júlio César, ou mesmo à localidade onde o incêndio começou e se teria ou não se alastrado até o prédio da Biblioteca (ou se o termo “biblioteca” utilizado era apenas para designar os livros queimados, e não o prédio em si). Apesar de toda essa falta de acordo entre as fontes antigas e atuais, como se percebeu grande parte dos autores aqui citados se esforça em extrair uma verdade histórica inquestionável, no intuito de determinar exatamente o que aconteceu à cidade de Alexandria em 48 a.C.. Alguns escritores da Antiguidade como Aulo Gélio e Paulo Orósio não hesitam em assumir um número exato para as perdas, ainda que esses números tenham muitos milhares de livros de diferença entre si; outros colocam em dúvida a atuação de César no momento da queima – dentre eles Aulo Gélio e até o próprio Júlio César –, ainda que vários outros o dêem como culpado. Quanto aos eruditos da atualidade, grande parte parece fazer poucas críticas com relação às fontes que lêem, abertamente assumindo posições tais quais às dos antigos, dando números para as perdas (Báez) e assumindo que os livros estavam localizados perto do porto, em armazéns, e não propriamente na Biblioteca (Battles e Báez).

É interessante notar como tanto os eruditos da Antiguidade quanto os atuais preocupam-se em resolver as discrepâncias a respeito do número de livros perdidos ou mesmo do local onde estes manuscritos estariam no momento do incêndio. Poucos são os que assumem uma postura neutra, sem se arriscarem a assumir uma posição que defenda ou não o general romano, por exemplo, ou que saliente que as fontes não estão de acordo entre si a respeito de grande parte das informações sobre o incêndio (como o fazem Carlo, Reynolds e Wilson). Resolver o problema da perda dos manuscritos da instituição e descobrir quem foi o responsável por ela parece cegar os escritores que, em uma busca incessante pela *verdade*, não criticam as contradições e omissões encontradas nos relatos. Por que preocupar-se, por

⁵¹ Tradução do inglês: “is certainly difficult to imagine the total disappearance of the Library at the time of Caesar since Strabo, who, in 25 B.C., gives us the most detailed description of ancient Alexandria, mentions the Mouseion in paragraph 8, chapter 17 of his *Geography*”.

exemplo, com a quantificação do número de rolos perdidos, se a própria quantidade de livros no acervo da Biblioteca não era consenso na Antiguidade?

De certo os relatos sobre a perda dos volumes, bem como a quantificação deles têm relação com o sentimento, bem identificado por José Afonso Furtado em artigo intitulado *O Mito da Biblioteca Universal* (2007), de *angústia da perda*. Segundo Furtado, a “paixão pela acumulação” dos livros – já vista no capítulo I e que está representada pela prática de *caça aos livros* – “é indissociável da angústia da perda” (p. 44) destes mesmos livros que são, acima de tudo, um símbolo de *status* para aquele que os possui e para aqueles de deles se aproveitam. Continua Furtado dizendo que “por isso, Alexandria é também o momento mítico e seminal da fragilidade dos grandes arquivos do saber, da biblioteca como pesadelo da destruição, como obsessão do irremediável, como interrupção brutal da transmissão [...]” (p. 44). Também por isso muitos dos autores aqui vistos usam de adjetivos e advérbios que deixam transparecer sua consternação em relação à queima dos manuscritos. Ao afirmarem que a Biblioteca era célebre, que lá existiam trabalhos de grande valor ou que desgraçadamente seus manuscritos queimaram, a ideia implícita é a de que o incêndio foi uma catástrofe a ser comentada com pesar. Aqui parece fixada a ideia de que a Biblioteca de Alexandria foi uma instituição importante para a formação e manutenção de *conhecimento*, o que não é afirmado por todas as fontes que a comentam, como se verá no capítulo subsequente.

Alertar para estas questões não significa que aqui se defenda que ataques a instituições como bibliotecas não sejam notáveis, e sim apenas que, para se comentar estes acontecimentos, há que se fazer um estudo crítico das fontes disponíveis sobre eles. Como se viu nos relatos aqui apresentados, grande parte dos autores – antigos e atuais – demonstra esse sentimento de angústia da perda, que parece prejudicial a um estudo mais elaborado sobre o tema.

4 CRÍTICAS À BIBLIOTECA UNIVERSAL

*De noite, nos escassos intervalos que a insônia me concedia, sonhava com o livro.
O verão declinava e compreendi que o livro era monstruoso. De nada me serviu
considerar que não menos monstruoso era eu, que o percebia com olhos e o
apalpava com dez dedos com unhas. Senti que era um objeto de pesadelo, uma coisa
obscena que infamava e corrompia a realidade.
Pensei no fogo, mas temi que a combustão de um livro infinito fosse igualmente
infinita e sufocasse o planeta de fumaça.*
[Jorge Luis BORGES. *O livro de areia*. 1975, p. 119]

Conforme se percebeu no capítulo anterior, diversos foram os autores da Antiguidade que trataram da ocasião do suposto incêndio de Alexandria em 48 a.C. com pesar, considerando que a Biblioteca da cidade – a do Museu ou a do Serapeum – teve parte ou todo o seu acervo destruído, acervo este considerado de grande valor para a humanidade. Neste capítulo, veremos existiram exceções à regra de se bem ver a instituição e que, ainda que poucos, houve autores – os quais ver-se-á a seguir – que a criticaram de forma contundente, considerando inclusive que a suposta queima de seus rolos não é fato a se lamentar ou que os intelectuais que dela fizeram parte não eram tão dignos de honrarias.

4.1 – Aristeu e a Biblioteca Universal

Antes de comentar os relatos dos críticos à instituição, reportar-se-á neste sub-capítulo especificamente a uma de suas ideias-base. No primeiro capítulo deste trabalho, analisaram-se os ideais para a construção da Biblioteca de Alexandria, e viu-se que um deles, bastante específico e difícil de alcançar, consistia na aquisição de “todos os livros do mundo”⁵² – o que constitui a vontade de os mantenedores e idealizadores da instituição a transformarem em uma *Biblioteca Universal*.

A ideia de uma Biblioteca Universal é muito antiga, sendo difícil determinar o seu surgimento. Ainda assim, pode-se dizer que sua definição é a de uma instituição capaz de resguardar toda a produção intelectual escrita da humanidade. Apesar de se concentrar no conhecimento escrito, a *Biblioteca Universal* tem seu fundamento no ideal de *acumulação do conhecimento*, não necessariamente ligado à escrita. Segundo Furtado (2007, p. 38), “a ideia de uma acumulação de todo o saber é a tal ponto um mito primordial que, segundo algumas concepções, seria anterior à própria criação do mundo e, naturalmente, ao aparecimento do livro”. Esta ideia primordial pode ser percebida, por exemplo, nos *Vedas* dos Hindus, considerados “a soma de todo o conhecimento e verdades eternas, espirituais e nunca escritos,

⁵² Carta de Aristeu, §9.

*sem origem nem fim*⁵³, vibrações no espaço reveladas pelo sopro do Senhor” (FURTADO, 2007, p. 38).

Quando o homem confere sua memória à escrita, abandonando em grande parte a oralidade como forma de transmissão do conhecimento, faz-se necessário construir locais para proteger das intempéries os textos-base das civilizações, ou seja, aqueles textos indispensáveis à compreensão daquelas sociedades (como a *Ilíada* e a *Odisséia* para os gregos, por exemplo). Tem-se, a partir de então, as primeiras bibliotecas. No entanto, nem todas as bibliotecas da Antiguidade pretendiam ser universais. Na Mesopotâmia, por exemplo, escrevia-se em tabuinhas de argila desde relatórios sobre as atividades palacianas até obras de mitologia como a *Epopéia de Gilgamesh*; mas as bibliotecas lá instituídas resguardavam sua própria produção, não tendo o compromisso de acumular o conhecimento sobre outras culturas. Quando o alfabeto e o rolo de papiro são criados, facilitando assim a compreensão das línguas e a manipulação dos livros, há uma revolução na escrita e, sobretudo, na difusão do conhecimento.

A primeira instituição empenhada em alargar ainda mais a noção de difusão do conhecimento – desta vez através da escrita –, levando a cabo o ideal de acumulação do mesmo, é a Biblioteca de Alexandria. Recebendo a ajuda e incentivo de Demétrio Falereu, Ptolomeu I mandou construir, anexado ao palácio real, o prédio dedicado às musas, a ser chamado de Museu. Mas Demétrio, como afirma Báez citando Plutarco (2006, p.62), também “aconselhou o rei a adquirir e ler livros sobre a monarquia, porque o que os amigos não se atrevem a dizer aos reis está escrito nos livros”. Daí a persuadir “o monarca de que uma biblioteca digna de um faraó deveria abrigar cópias de *todas as obras importantes já escritas*”⁵⁴ (FLOWER, 2002, p.26) foi um salto. Teve então início a construção de um novo prédio, junto ao Museu, que pudesse abrigar tais escritos.

O ideal de resguardar um acervo que conferisse *status* ao faraó por seu tamanho e importância foi acalentado também pelos sucessores de Ptolomeu I. Ptolomeu II *Filadelfo* e Ptolomeu III *Evergeta* mantiveram o patronato real que encheu a instituição de papiros e estudiosos. Tal conduta, já no final do reinado de *Filadelfo*, fez com que os livros transbordassem da Biblioteca para armazéns e escritórios reais, por isso tomou-se a decisão de construir uma nova Biblioteca para abrigá-los. Foi no reinado de *Evergeta* que a nova obra foi concretizada: com ela um novo prédio – a chamada Biblioteca Filha – foi anexado ao *Serapeum*, templo dedicado ao deus Serápis, padroeiro de Alexandria.

⁵³ Grifos meus.

⁵⁴ Grifos meus.

O “duvidoso documento do século 2 a.C, chamado *Carta de Aristeu*” (FLOWER, 2002, p.87) deixa claro que a intenção básica da instituição era recolher em si “todos os livros do mundo”⁵⁵. Apesar de ninguém até hoje desvendar o mistério de quem foi este Aristeu, diversos homens de letras, como o bispo Epifânio de Salamina (315 d.C. – 403 d.C.), em trabalho intitulado *De mensuris et ponderibus*, confirma a sua versão, afirmando que

O soberano de Alexandria depois de Ptolomeu, isto é, o chamado Filadelfo, foi um amante do belo e da cultura. Fundou uma biblioteca na mesma cidade de Alexandre, no bairro chamado Brúquion [*sic*] (bairro agora completamente abandonado), e confiou sua direção a um tal Demétrio Falereu, com a ordem de reunir os livros de toda terra. [...] (Patrologia graeca, vol. 43, col. 250 e 252 in Canfora, 1989, p. 112)⁵⁶

Mesmo não sendo possível determinar apropriadamente o momento de surgimento do conceito de *Biblioteca Universal*, pode-se inferir que tenha relação estreita com o conceito criado pelo filósofo alemão Gottfried Leibniz (1646-1716) de *Characteristica Universalis*, segundo o qual esta *characteristica* seria “um alfabeto geral ou universal de todas as idéias fundamentais com o fim de poder provar de uma maneira formal e calculatória as verdades filosóficas, de modo semelhante a como se provam os teoremas em aritmética e geometria”⁵⁷ (MORA, 2000, p.441). O Tomo I (A-D) do Dicionário de Filosofia de José Ferrater Mora afirma, ainda, que a *characteristica* é uma “*linguagem universal de todas as ciências*”⁵⁸ ou, ainda, que “trata-se, pois, de uma *tentativa de formalização de toda a linguagem cognoscitiva* [...]”⁵⁹ (MORA, 2000, p.441). Assim, apropriando-se da ideia de Leibniz, George Steiner em trabalho intitulado *Gramáticas da Criação* (2002) situa o conceito de *Biblioteca Universal* na atualidade afirmando que a Internet pode ser considerada a “realização do sonho leibniziano de uma *Bibliotheca Universalis* graças à disponibilização da totalidade do registo [*sic*] da memória e do conhecimento humanos no terminal de um computador” (STEINER *apud* FURTADO, 2007, p.38).

4.2 – Timão de Fliunte e a Gaiola das Musas

O escritor satírico e filósofo cético Timão de Fliunte (320 a.C. – 230 a.C.) é um dos autores que faz crítica aos intelectuais que circulavam no Museu e na Biblioteca de

⁵⁵ Carta de Aristeu, §9.

⁵⁶ A Biblioteca referida nesta passagem é a Biblioteca Filha, que se localizava junto ao templo de Serápis no bairro Bruquion, a parte egípcia da cidade de Alexandria.

⁵⁷ Grifo meu.

⁵⁸ Grifo meu.

⁵⁹ Grifo meu.

Alexandria. O escritor Ateneu⁶⁰, em trabalho intitulado *Os Deipnosophistas*⁶¹, cita a opinião daquele sobre os estudiosos: “Na populosa terra do Egito são criados uns garatujadores livrescos que se bicam eternamente na gaiola das Musas” (ATENEU *apud* CANFORA, 1989, p. 39).

A citação é bastante compreensível quando se recorda a já referida política de manutenção dos estudiosos no Museu (o prédio dedicado às Musas de onde se julgava que os intelectuais conseguiam inspiração). Conforme viu-se no Capítulo I, os intelectuais, além de receberem altos salários e isenção de impostos, tinham alojamento e refeições garantidos enquanto estivessem realizando seus trabalhos em Alexandria, tudo correndo às expensas do governo. A partir disso entende-se porque esses estudiosos não se criavam, e sim eram criados por alguém.

Obviamente, aceitando o patrocínio do faraó aceitavam também os intelectuais se sujeitar aos caprichos reais, que podiam mudar completamente caso fosse o governante avesso ou não à cultura e/ou caso fosse mais ligado a uma ou outra área de estudo. Entende-se, a partir disso, porque Timão afirma que estavam “na gaiola das Musas”, ou seja, estavam presos, desfrutando de pouca ou nenhuma liberdade.

Por fim, há que se considerar porque o filósofo chama estes estudiosos de “garatujadores livrescos”. Segundo Oliveira (1985, p. 114), havia uma diferença básica entre o trabalho realizado pelos estudiosos de Alexandria e os de Pérgamo (certamente marcada pela rivalidade entre ambas): enquanto os pergamenses procuravam manter o texto original, sem edição da língua dos autores, os alexandrinos faziam uma “purificação” dos textos, tentando realizar uma *standardização* dos mesmos, como atestam Reynolds e Wilson (1991, p. 8). Esta prática por parte dos egípcios fazia com que analisassem palavra por palavra dos textos e entrassem em conflito entre si por diversas vezes (“se bicam eternamente”) quando julgavam que uma passagem em especial não fazia sentido. Daí a Timão os chamarem de rabiscadores de livros, por condenarem “frases inteiras de textos célebres, por exeplo [*sic*] da *Coroa* demostênica, com o argumento de serem ‘vulgares’ demais para se poder realmente atribuí-los ao grande orador” (CANFORA, 1989, p. 49). “A resolução de todas essas tensões”, escreveu Canfora, “em todo caso, vinha de cima. O senhor do viveiro das Musas, de qualquer forma, era o soberano. [...] O Museu, incluídos os doutos que lá viviam e os livros que aí se acumulavam era seu, era um dos instrumentos de seu prestígio. A mudança do soberano, portanto, podia significar transformações profundas na gaiola. [...]” (1989, p. 44).

⁶⁰ Pouco se sabe sobre a vida de Ateneu. Estima-se que seja um erudito da metade do século II d.C.

⁶¹ I, 22D.

4.3 – Galeno e as falsificações

Ainda que o relato de Aristeu seja duvidoso, é possível perceber a grande determinação dos faraós financiadores da instituição com relação à aquisição de livros, o que por si só já enquadraria a Biblioteca no ideal de acumulação do conhecimento. Autores como Matthew Battles, Derek Adie Flower e José Teixeira de Oliveira confirmam que os livros dos visitantes da cidade eram confiscados e copiados para a biblioteca – isto quando os próprios originais não eram retidos (BATTLES, 2003, p.35; FLOWER, 2002, p.26; OLIVEIRA, 1985, p. 105).

Para reforçar a ideia de uma *Biblioteca Universal* vale ressaltar ainda o relato de Fernando Báez, que se reporta ao médico e filósofo pergamense Cláudio Galeno (c.129 d.C. – ca. 217 d.C.)⁶² para retratar a prática habitual alexandrina, que “consistia em pagar direitos para obter originais e poder copiá-los. Nem sempre os devolviam. Ptolomeu I solicitou aos atenienses os papiros com as cópias oficiais das obras de Ésquilo, Sófocles e Eurípides em troca de dinheiro. Depois de transcritos, acreditava-se, seriam devolvidos, mas só as cópias voltaram para Atenas” (BÁEZ, 2006, p.64). A mesma história é contada por Oliveira e Flower, embora estes não estejam em consenso em relação a quem fez o empréstimo (se Ptolomeu I – como afirmam Báez e Oliveira – ou seu neto, Ptolomeu III – como sustenta Flower)⁶³.

Esta política de acumulação, embora conferisse cada vez mais *status* aos mantenedores da Biblioteca, causava um grave problema. Conforme afirma Oliveira (1985, p. 104)

A fatura de dinheiro destinado à aquisição de *kylindros* propiciou a fortuna de um parasita que vivera até então na penumbra: o fabricante de apócrifos, principalmente de autores célebres. Compraram muito gato por lebre e, possivelmente, algum *bichano* desfrutava honras indevidas nas nossas estantes. Os ardis empregados para conseguir mais e mais obras destinadas à Biblioteca real deram origem ao dito *caçada aos livros* [...].

Aqui fica claro que a *caçada* (ou *caça*) *aos livros* sistematizada pelos governantes ptolomaicos trouxe à tona uma porção de falsificadores, ávidos por comercializar seus apócrifos aos acumuladores de Alexandria. Galeno, discorrendo sobre a autoria de um livro em obra intitulada *Comentário a Hipócrates* (I, 104-106), faz uma das mais interessantes citações a respeito deste problema:

⁶² Embora não relate de que obra retirou essa afirmação.

⁶³ Luciano Canfora (1989, p. 48) critica essa afirmação, dizendo esta história se tratar de um ardil inventado pelos rivais de Alexandria, os bibliotecários e estudiosos da Biblioteca de Pérgamo, o que, sendo uma possibilidade, também serve para corroborar a veracidade da instituição ser uma Biblioteca Universal.

Mas, visto que Platão assim escreveu, deixemos que nos expliquem estas coisas: em que outro livro de Hipócrates, além de *Da Natureza do Homem*, enxerga-se esta mesma abordagem? Ou, se não forem capazes de explicar tal pergunta, que não se procure testemunha mais confiável da veracidade deste livro que Platão. Ademais, Platão nasceu próximo em anos aos alunos de Hipócrates, e se este livro fosse de autoria de um deles, ele nos daria o nome de seu autor. *Pois, antes dos reis de Alexandria e Pérgamo se tornarem tão ambiciosos de possuir livros antigos, a autoria nunca era falsamente atribuída.* No entanto, depois que aqueles que recolhiam escritos de tal autor antigo para estes reis receberam recompensas para tal, eles imediatamente coletaram muitas obras, que falsificavam. Mas estes reis viveram depois da morte de Alexandre, e Platão escreveu esta passagem antes de Alexandre, o Grande, *quando estes homens ainda não haviam sido desonestos com as inscrições, mas quando cada livro exibia seu autor específico em clara afirmativa.* [...].⁶⁴

O relato de Galeno explica-se quando se compreende a rivalidade entre a Biblioteca de Alexandria e a de Pérgamo. Situada na atual Província de Izmir, na Turquia, a Biblioteca de Pérgamo foi fundada pelo rei Eumênio II (c. 197 a.C. – ca. 159 a.C.) no século II a.C., “com a intenção de provocar os monarcas de Alexandria” (BAEZ, 2006, p. 75)⁶⁵. Tanto quanto a alexandrina, a instituição pergamense colocou a política de caça aos livros em prática, usando dos recursos e da influência reais para aumentar o seu acervo (e mesmo para atrair intelectuais ilustres que poderiam vir a se tornar seus bibliotecários), chegando a ter, como afirma Oliveira (1985, p. 113), “a segunda maior coleção de livros da Antiguidade”. Há que se ressaltar, contudo, que Pérgamo começou suas atividades com cem anos de atraso em relação à Alexandria, e que esse retardo provocou uma desvantagem àquela: quando a biblioteca pergamense instituiu-se, a alexandrina “já varrera o mercado de manuscritos” (OLIVEIRA, 1985, p. 113). Houve, então, uma natural disputa entre as instituições para captar os livros mais raros do período.

Valendo-se desta competição, falsários surgiram por toda a parte brandindo “rolos de falsos textos antigos remendados ou até falsificados”, os quais os bibliotecários responsáveis pelas instituições hesitavam em “recusar (quando a falsificação não era imediatamente visível), com o receio de que a biblioteca rival se aproveitasse disso [...]” (CANFORA, 1989, p. 46). “Outras vezes os próprios eruditos se divertiam em forjar falsificações [...]”

⁶⁴ Grifos meus. Tradução do inglês: “But, seeing that Plato has written thus, let someone explain these things to us: in which other book of Hippocrates, besides the *On the Nature of Man*, does one find this same approach? Or, if someone is not able to explain this, let him seek no more trustworthy witness that this book is legitimate, than Plato. Moreover, Plato was born quite close in time to the students of Hippocrates, and if this book were by one of them, he would have given the author’s name. For before the kings of Alexandria and Pergamon became so ambitious to possess ancient books, authorship was never falsely attributed. However, after the ones who collected the writings of a given ancient author for these kings first received a reward for this, they immediately collected many works, which they falsely inscribed. But these kings lived after the death of Alexander, and Plato wrote this passage before Alexander the Great, when these men had not yet treated the inscriptions dishonestly, but when each book displayed its particular author in a clear statement”. Disponível em: <http://www.ucl.ac.uk/~ucgajpd/medicina%20antiqua/Medant/GNatHom1.htm>

⁶⁵ Afirmação que, segundo o autor, encontra-se em Estrabão, *Geografia*, 13, 6, 24.

(CANFORA, 1989, p. 48), sobretudo se estas servissem para desacreditar o trabalho dos rivais⁶⁶. Com este intuito, também espalhavam inverdades sobre os bibliotecários ou sobre os mantenedores das bibliotecas, afirmando que estes haviam roubado escritos originais.

É notável, ainda, que a rivalidade entre Pérgamo e Alexandria – parcialmente criada, mas sem dúvida retro-alimentada pela política de acumulação de conhecimento e o trabalho dos falsificadores – tenha levado os governantes egípcios a interromper a exportação de papiro, com o intuito de fazer minguar a produção intelectual da biblioteca rival. Segundo o historiador e naturalista Plínio (23 d.C. – 79 d.C.), “[...] com a rivalidade de Ptolomeu⁶⁷ e Eumênio por causa das bibliotecas, quando Ptolomeu suprimiu a exportação de papiro, e ainda de acordo com Varrão (Marcus Terentius Varro), os livros de couro de carneiro foram inventados em Pérgamo [...]” (PLÍNIO *apud* BÁEZ, 2006, p. 75). A este embargo Pérgamo respondeu com o desenvolvimento da técnica – de origem oriental – do tratamento do couro para a utilização como suporte para a escrita, o que parece ter dado bons resultados, já que o material tornou-se predominante séculos mais tarde, sendo por isso chamado *pergamino*.

Sobre a rivalidade entre Pérgamo e Alexandria é interessante comentar também suposta transferência, por parte do militar e político romano Marco Antônio (83 a.C. – 30 a.C.), de todo ou de parte do acervo da Biblioteca de Pérgamo para a de Alexandria, como forma de compensar as perdas que esta teve no incêndio de 48 a.C.. Sustentam esta versão Báez (2006, p. 68), Flower (2002, p. 112) e Battles (2003, p. 30), ainda que não concordem entre si quanto ao número de livros “doados”. Segundo Flower, “falava-se de 200 mil rolos, mas, não importa a quantidade, foi uma dádiva e ajudou a contrabalançar, até certo ponto, as perdas ocasionadas pelo incêndio” (FLOWER, 2002, p. 112).

4.4 – Sêneca *versus* a acumulação de livros

Lúcio Aneu Sêneca (4 a.C. – 65 d.C) foi um dos mais célebres intelectuais do Império Romano. Escritor, advogado e filósofo, em sua obra constam tragédias e diálogos sobre os mais variados assuntos. De sua autoria, *Da Tranquilidade da Alma* é um diálogo do autor com

⁶⁶ Canfora (1989, p. 48) faz um relato a este respeito: “Um certo Cratipo escreveu uma obra histórico-erudita na qual se fazia passar por ateniense, contemporâneo e íntimo de Tucídides; uma obra estranha que, com juízos e conhecimento posteriores, propunha-se narrar, como anunciava o título, *Tudo o que Tucídides não disse*. O livro não foi levado a sério em Alexandria [...]. Mas isso não impediu que Dióniges de Halicarnasso (cuja erudição era de matriz pergamense) e, mais tarde, Plutarco utilizassem Cratipo como se fosse realmente o que pretendia ser: um contemporâneo de Tucídides, informado das razões secretas pelas quais o historiador ateniense se cansara, a certa altura, de incluir discursos diretos em suas *Histórias*”.

⁶⁷ Ptolomeu V Epifânio (ca. 210 a.C. – 181 a.C.).

seu amigo Sereno⁶⁸. O trecho a ser analisado da referida obra (Sêneca a Sereno, 4-5) será dividido em duas partes, que serão analisadas de modo a se capturar com maior precisão o sentido das palavras do autor.

As despesas de ordem literária, as mais justas de todas, não são estas mesmas razoáveis, a não ser que sejam moderadas. *Para que servem inúmeros livros e bibliotecas, se o proprietário encontra apenas o tempo em sua vida para ler as etiquetas? Uma profusão de leituras sobrecarrega o espírito, mas não o ilustra; e melhor seria aplicar-se muito a um pequeno número de autores do que vagar no meio de muitos.*⁶⁹

Pode-se dizer, a partir da interpretação deste trecho, que Sêneca faz uma crítica mordaz à profusão de leituras que, à sua época, estava à disposição das pessoas, fosse em uma imensa quantidade de livros ou bibliotecas. Segundo ele, ler muitos livros não significa necessariamente compreendê-los, uma vez que recomenda ser muito mais proveitoso aplicar-se ao estudo de poucos autores, mas entendê-los perfeitamente. Gastar fortunas na compra de bibliotecas inteiras ou de livros raros para não estudá-los, portanto, não parece bom a seu ver. É impossível ler este trecho sem o relacionar à política de compra de papiros pelos bibliotecários e faraós alexandrinos. Como referido anteriormente, nenhum navio que atracasse em Alexandria deixava de ser revistado na busca de volumes, volumes estes capturados e copiados para a grande Biblioteca da cidade. Certamente esta e as demais políticas de aquisição de livros não seriam vistas com bons olhos por Sêneca, já que este criticava mesmo o próprio pagamento por livros que nunca seriam lidos por aqueles que os compravam.

Continuando sua linha de raciocínio, Sêneca acrescenta:

Quarenta mil volumes foram queimados em Alexandria. Quantos outros exaltam este *esplêndido monumento da magnificência real*, como *Tito Lívio, que o chama a obra-prima do gosto e da solicitude dos reis. Eu não vejo lá nem gosto nem solicitude, mas orgia da literatura*; e quando digo da literatura minto, pois *o cuidado pelas letras lá não era cultivado: aquelas belas coleções só eram constituídas para amostra. Quantas pessoas desprovidas da mais elementar cultura têm também livros, que não são de modo algum instrumentos de estudo, mas que adornam suas salas de refeições!* Compremos os livros dos quais temos necessidade, não os compremos para ostentação.⁷⁰

Neste trecho tem-se a referência à Biblioteca de Alexandria propriamente dita, quantificando a perda do acervo no incêndio supostamente causado por Júlio César, como já visto no capítulo anterior. Obviamente, como este trecho vem logo a seguir do anterior, pode-

⁶⁸ É comum afirmar-se, também, que a obra trata-se de um diálogo fictício criado por Sêneca para expor suas ideias.

⁶⁹ Grifos meus.

⁷⁰ Grifos meus.

se supor que a parte 4 já se referia às políticas de acumulação de conhecimento da instituição. Aqui tem-se uma citação valiosa, pois também faz referência à obra do escritor romano Tito Lívio (c. 59 a.C – 17 d.C.), que considera a instituição como “a obra-prima do gosto e da solicitude dos reis”. Sabe-se que, de fato, a Biblioteca de Alexandria foi por muitos anos sustentada pelos faraós egípcios, soberanos estes considerados como homens da mais alta cultura⁷¹. No entanto, aqui Sêneca faz uma crítica a esta visão de Lívio, dizendo que não vê mais do que “orgia da literatura” na instituição. Segundo o autor, nem mesmo podia-se chamar de literatura as coleções de livros contidas nela, já que estavam lá apenas para mostrar aos visitantes o *status* do soberano – o real dono da Biblioteca, que procurava demonstrar sua “magnificência” através das coleções –, e não para serem efetivamente lidos e analisados por ele. Aproximando-se as já discutidas histórias sobre falsificações compradas pela Biblioteca de Alexandria (e também por sua rival) e mesmo as contendas entre os próprios estudiosos dentro da instituição com a citação de Sêneca, percebe-se porque o escritor diz não ser o “cuidado pelas letras” cultivado na biblioteca: o acervo, por diversas vezes, era adquirido e utilizado não para a troca de ideias entre os intelectuais da Antiguidade, mas como forma de mostra de poder, tanto político – no caso dos governantes – quanto efetivamente intelectual – no caso dos estudiosos. Por fim, neste trecho o autor ainda recomenda a compra dos livros dos quais se têm necessidade para a ilustração do espírito. Mas em um mundo com uma profusão de manuscritos sendo publicados e copiados incessantemente, que livros seriam estes?

4.5 – Críticas contemporâneas ao modelo de Biblioteca Universal

Em artigo intitulado *O Mito da Biblioteca Universal*, de 2007, o escritor José Afonso Furtado determina a impossibilidade de concretização do ideal máximo de acumulação do conhecimento, definindo-o como um mito que converge na construção de uma Biblioteca efetivamente Universal. A universalidade que a Biblioteca de Alexandria se comprometia a ter era impossível de ser alcançada pois, por mais rico que fosse seu acervo, nunca chegaria a ter todos os livros do mundo, dadas as dificuldades de se ter posse de todos os manuscritos considerados importantes (e mesmo da escolha desses manuscritos, que por si só é uma seleção que desconsidera outros tantos volumes). Além disso, a dificuldade de organização, catalogação e controle de seu acervo apresentada no capítulo primeiro deste trabalho, acaba por relacioná-la à fictícia Biblioteca de Babel do conto de Jorge Luis Borges (contido no livro

⁷¹ Conforme visto em 2 POR UM MUNDO HELENIZADO.

Ficções), na qual muitos livros estavam inacessíveis devido ao labirinto formado por suas estantes. Como afirma Furtado, “certos livros continuam de facto a existir mas estão ‘perdidos’ por serem inacessíveis. Ao invés, algumas colecções estão perdidas fisicamente mas sobrevivem na memória [...]” (2007, p. 46), como os livros de Aristóteles, por exemplo. Esta perda pela inacessibilidade deveria causar tanta angústia quanto os incêndios, se Borges estiver correto. Em sua *Babel (Ficções, 1970, p. 66)*,

Quando se proclamou que a Biblioteca abarcava todos os livros, a primeira impressão foi de extravagante felicidade. Todos os homens sentiram-se proprietários de um tesouro intacto e secreto. [...]

À desapoderada esperança, sucedeu, como é natural, uma depressão excessiva. A certeza de que alguma prateleira nalgum hexágono encerrava livros preciosos e de que êsses [*sic*] livros preciosos eram inacessíveis, afigurou-se quase intolerável. [...].

A impossibilidade da concretização, contudo, não impediu que em outros momentos que não na Antiguidade esse ideal fosse buscado. Segundo Furtado (2007, p. 49),

Na segunda metade do século passado, o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e a expansão da Web permitiu retomar, com reforçado vigor, o desejo exasperado de capturar, através de uma acumulação sem falhas, todos os textos escritos e todos os saberes constituídos. [...] Está assim encontrada uma outra versão desse imaginário de uma biblioteca total [...].

A mudança de suporte, no entanto, não muda o fato de que continua a ser impossível reunir todo o conhecimento escrito. Como sintetiza Furtado (2007, p. 51),

vivemos hoje uma situação em que a quantidade de *informação potencialmente disponível* cresceu sem controlo, ao passo que as tecnologias destinadas a recuperar essa informação se desenvolveram muito mais lentamente, o que significa que a informação acessível só em escassíssima parte se transforma em *conhecimento utilizável*.⁷²

As passagens de Sêneca aqui analisadas, tão significantes, são quase sempre comentadas pela bibliografia consultada com o intuito de se utilizar a citação de Tito Lívio ou para fazer conjecturas sobre o número de rolos queimados durante o incêndio de 48 a.C.. Uma pena, já que um exame mais apurado traria à tona a discussão sempre atual da *informação x conhecimento* referida por Furtado. Conforme se analisou, é possível perceber que Sêneca não acredita que *conhecimento* esteja sendo efetivamente produzido em Alexandria, e sim que a Biblioteca da cidade contém um grande número de livros que colocam, quando muito, *informação* à disposição, sendo em verdade utilizados apenas para engrandecer o seu dono. Esta disponibilização dos papiros não garante, sob nenhuma hipótese, que estes manuscritos serão consultados, comentados, analisados e que sirvam, por fim, para a “ilustração do

⁷² Grifos meus.

espírito” que o autor acredita ser a real função dos mesmos. Matthew Battles (2003, p. 15) chega a demonstrar essa opinião do autor ao afirmar que Sêneca,

em suas, *Epistulae morales*, afirmou que “não importa quantos livros você tem, mas quão bons eles são”. A biblioteca, para Sêneca, é um local reservado às obras modulares. [...] As obras que ela abriga são o produto de uma destilação e representam tudo aquilo que é Bom e Belo (na formulação clássica), ou Sagrado (na medieval). Foi concebida como um modelo para o universo, como uma coleção finamente orquestrada de ideais. Numa biblioteca universalista, ao contrário, os livros não são tratados desde logo como essências cristalinas e preciosas. Eles são apenas textos – tramas que serão sempre retalhadas e reconstruídas para dar origem a novos padrões e combinações. [...] Antes de serem objetos de desejo, eles devem submeter-se a processos de contagem e de classificação.

E mesmo a utilização mais apurada dos livros não garante que estes sirvam para elevar o espírito daqueles que os lêem, uma vez que Timão – pouco citado pelos autores consultados – relata a utilização dos mesmos para alimentar as contendas entre os estudiosos. Chega-se a um nível tão alto de crítica nos textos que qualquer palavra torna-se motivo para longas discussões que não produzem conhecimento, mas apenas dotam de fama os vencedores das argumentações.

Quanto aos comentários de Galeno, bastante citado na bibliografia consultada, estes são utilizados para comprovar que falsificações eram efetivamente feitas e compradas pelas bibliotecas da Antiguidade, mas não para salientar o fato de que a informação era tratada como uma “coisa” objetiva, que garantia poder àqueles que a detinham, e que podia ser vendida, trocada, roubada ou até mesmo modificada ou inventada, exatamente como a definem as primeiras Teorias da Comunicação⁷³. As Teorias atuais, contudo, salientam o fato de que o conceito tem se transformado e que hoje se considera que a informação passa, necessariamente, pelas interpretações dadas pelas pessoas que se relacionam com ela e que só é dotada de sentido se interpretada. Deste modo, a informação seria uma contextualização do conhecimento e/ou uma dimensão fundamental da forma como os seres humanos compartilham o mundo com os outros. Ainda que não se utilize do relato de Galeno para isso, é novamente Battles (2003, p. 36) quem dá sinais de que compreende as transformações do conceito de *conhecimento* ao dizer o seguinte:

O grande estoque de livros reunido em Alexandria definiu uma nova concepção a respeito do *valor do conhecimento*. O objetivo era reunir tudo o que estivesse disponível [...]. Ao patrocinar esse objetivo, os ptolomeus confirmavam a intuição essencialmente alexandrina de que *o conhecimento é um bem, uma mercadoria, uma forma de capital a ser adquirido e entesourado*.

⁷³ Segundo ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. *Correntes teóricas da ciência da informação*. In: *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p. 192-204, set./dez., 2009.

5 CONCLUSÃO

Explicitou-se neste trabalho, em seu capítulo primeiro, as figuras históricas que influenciaram a criação e o desenvolvimento da Biblioteca de Alexandria. Viu-se como o idealizador do projeto, Demétrio Falereu, antigo senhor de Atenas, carregou para o Egito os ensinamentos que recebeu de Aristóteles, e transformou o Museu em um complexo no qual os estudiosos tinham salas de pesquisa, passeios, áreas para reuniões e para alimentação, tal qual o Liceu. Viu-se também o papel dos bibliotecários na organização e manutenção da instituição, sempre procurando manter em ordem a infinidade de manuscritos contidos na biblioteca, separando-os por assunto, etiquetando-os, e por vezes abrandando rugas entre os intelectuais, preocupados com os mínimos detalhes de cada texto. No capítulo primeiro percebeu-se, ainda, que a helenização de Alexandria fez parte do processo de *helenização universal* pretendido por Filipe da Macedônia, e levado a cabo por seu filho Alexandre, o Grande – o qual, coincidentemente ou não, também foi discípulo de Aristóteles – e que pressupunha uma cultura única, ainda que as culturas dos demais povos fossem respeitadas. Nesse contexto entendeu-se porque pretendiam os bibliotecários e os mantenedores da Biblioteca tomar posse dos textos de todos os povos e traduzi-los para o grego, como o fizeram com a Septuaginta dos judeus, e porque Ptolomeu I preocupou-se em dar vida a um deus sincrético que fundisse em sua figura as crenças egípcias e helênicas.

No segundo capítulo, procurou-se demonstrar como os comentadores da Biblioteca de Alexandria na Antiguidade reportavam-se ao episódio de seu suposto incêndio de 48 a.C., ressaltando, por diversas vezes, as perdas de seu acervo. Evidenciou-se também as opiniões dos eruditos da atualidade sobre a mesma ocasião, e constatou-se que, em sua maioria, mantêm as posições assumidas pelos escritores antigos, pouco preocupando-se em fazer críticas às afirmações destes, ainda que sejam confusas, equívocas ou discordantes entre si. Mostrou-se que diversos desses autores preocuparam-se em encontrar um número exato de manuscritos perdidos, ainda que a própria quantidade de livros no acervo da Biblioteca não seja possível determinar. Ressaltou-se também neste capítulo o motivo pelo qual os autores antigos e contemporâneos preocupam-se em relatar mais as perdas do acervo da instituição do que fazer uma crítica ao que a biblioteca produzia: o sentimento de *angústia da perda*, definido por José Afonso Furtado (2007), os faz entender a queima dos papiros necessariamente como uma catástrofe a ser lastimada.

O terceiro capítulo tratou especificamente do conceito de Biblioteca Universal, uma instituição que pretende guardar todo o conhecimento humano escrito, no qual a Biblioteca de

Alexandria se enquadra, e no qual a de Pérgamo tentou também enquadrar-se. Salientou-se neste capítulo as consequências da pretensão de ser uma instituição *total*, objetivo impossível de se atingir, justamente pela totalidade representar o infinito: as inúmeras falsificações vendidas e compradas, as políticas de apreensão de volumes e a própria rivalidade entre Pérgamo e Alexandria, retro-alimentada por estas práticas. Procurou-se, também, colocar em cheque a suposição de que todos os autores da Antiguidade consideravam-na uma boa instituição por ser mantenedora de todo o conhecimento até então escrito, evidenciando as críticas ao tipo de trabalho realizado em Alexandria, ao seu modo de funcionamento e aos intelectuais que nela faziam seus estudos.

Não se defende neste trabalho que a produção alexandrina não constitua *conhecimento*; questiona-se, sim, o silêncio dos autores com relação às críticas quanto ao fato de a produção de conhecimento não ser garantida unicamente pela disponibilização de livros em uma biblioteca. Reportar-se ao incêndio de 48 a.C. pareceu lógico aos autores das fontes utilizadas nesta pesquisa; todavia, não pareceu relevante a eles comentar as fontes que criticam o funcionamento da instituição, demonstrando uma visão parcial sobre a instituição. Conclui-se que este trabalho se inclui nas discussões a respeito da dicotomia entre conhecimento e informação, e que a Biblioteca de Alexandria pode ser utilizada como um dos diversos exemplos de instituições que se depararam com confusão entre estes dois conceitos. Defende-se que, muito mais interessante do que contar a história da instituição e determinar seu destino – intuito de diversas obras já publicadas –, é reportar-se a este entesouramento do acervo para tratar das questões de produção e transmissão de saber, conhecimento.

REFERÊNCIAS

AMIANO MARCELINO. **Ammianus Marcellinus: Roman History**. Cambridge: Harvard University Press, v. 2, 1940 (Loeb Classical Library, n. 315). Disponível em: http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Ammian/22*.html. Acesso em 05/07/2012.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 192-204, set./dez., 2009.

AULO GÉLIO. Gellius: Attic Nights. Loeb Classical Library, vol. II, 1927. Disponível em: http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Gellius/7*.html. Acesso em: 19/05/2012.

BÁEZ, Fernando. **História Universal da Destruição dos Livros: Das tábuas sumérias à guerra do Iraque**. Tradução de Léo Schlafman. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. 439 p.

BAGNALL, Roger S. Alexandria: Library of Dreams. **Proceedings of the American Philosophical Society**. New York, vol. 146, n. 4, p. 348-362, dez. 2002. Disponível em: <http://archive.nyu.edu/bitstream/2451/28263/2/D172-Alexandria%20Library%20of%20Dreams.pdf>. Acesso em 05/04/2012.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. Tradução: João Virgílio Gallerani Cutter. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003. 239 p.

BINGEN, Jean. The Library of Alexandria: Past and Future. **Diogenes**, vol. 36 n. 141, p. 38-55, mar. 1988.

BORGES, Jorge Luis. A Biblioteca de Babel. In: BORGES, J. L. **Ficções**. Porto Alegre, Globo, 1970. p. 61-70.

_____. O livro de areia. In: BORGES, J. L. **O livro de areia**. Tradução de Lígia Morrone Averbuck. Rio de Janeiro, Editora Globo, 1975. p.113-119

CANFORA, Luciano. **A biblioteca desaparecida: histórias da Biblioteca de Alexandria**. Tradução: Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 195 p.

CARLO, Agustín Millares. **Introducción a la Historia del Libro y de las Bibliotecas**. Espanha: Fondo de Cultura Económica, 1993. 399 p. (Sección de Lengua y Estudios Literarios)

CASAL, Celvio Derbi. **A Biblioteca Universal: Uma História do Ideal de Acumulação de Conhecimento**. 2011. 152 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, UFRGS, Porto Alegre, 2011.

DIÃO CÁSSIO. **Cassius Dio: Roman History**. Loeb Classical Library edition, vol. IV, 1916. Disponível em: http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Cassius_Dio/42*.html. Acesso em: 13/04/2012.

DIÓGENES LAÉRCIO. **Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres**. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

DUNCAN, Willian. **C. Julius Caesar. The Commentaries of Caesar**. St. Louis: Edwards and Bushnell, 1856. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=urn:cts:latinLit:phi0448.phi002.perseus-eng1:3.111>. Acesso em: 14/07/2012.

EL-ABBADI, Mostafa. Aspects of Scholarship and the Library in Ptolemaic Alexandria. **Diogenes**, vol. 36, n. 141, p. 21-37, mar. 1988.

EL-ABBADI, Mostafa; FATHALLAH, Omnia Mounir (Ed.). **What happened to the Ancient Library of Alexandria?** Boston: Brill, 2008. (Library of the Written Word. Vol. 3; The Manuscript World. Vol. 1)

ERKSINE, Andrew. Culture and Power in Ptolemaic Egypt: The Museum and Library of Alexandria. **Greece & Rome**. New York: Cambridge University Press, vol. 42, n. 1, p. 38-48, abr. 1995. Disponível em: http://www.shc.ed.ac.uk/classics/postgraduate/taught/power_and_culture/documents/ErskineMUSEUM.pdf. Acesso em: 06/04/2012.

ESTRABÃO. **Strabo: Geography**. Loeb Classical Library, vol. VIII, 1932. Disponível em: http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Strabo/17A1*.html. Acesso em: 11/05/2012.

FLOWER, Derek Adie. **Biblioteca de Alexandria: As histórias da maior biblioteca da Antigüidade**. Tradução: Otacílio Nunes e Valter Ponte. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2002. 216 p.

FURTADO, José Afonso. O Mito da Biblioteca Universal. **Cadernos BAD 2**, p. 37-55, 2007. Disponível em: <http://www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno22007/JFurtadoCBAD207.pdf>. Acesso em 17/06/2012.

GALENO. Galen: On Hippocrates On the Nature of Man (Part One). Tradução de W. J. Lewi. Disponível em: <http://www.ucl.ac.uk/~ucgajpd/medicina%20antiqua/Medant/GNatHom1.htm>. Acesso em: 30/05/2012.

HANNAM, James. **The Mysterious Fate of the Great Library of Alexandria**. [s.l.]:[s.n.], 2002. Disponível em: <http://www.bede.org.uk/library.htm>. Acesso em: 25/06/2012.

HANNAM, James. **The Foundation and Loss of the Royal and Serapeum Libraries of Alexandria**. [s.l.]:[s.n.], 2002. Disponível em: <http://www.bede.org.uk/Library2.htm>. Acesso em: 25/06/2012.

HELLER-ROAZEN, Daniel. Tradition's Destruction: On the Library of Alexandria. **October**, vol. 100, p. 133-153, *Obsolescence*, 2002. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/779096>. Acesso em: 25/06/12.

HIRTIUS, Aulus. The Alexandrian War. **Julius Caesar's War Commentaries**. Tradução de W. A. McDevitte e W. S. Bohn. New York: Harper & Brothers, 1869. Disponível em: <http://mcadams.posc.mu.edu/txt/ah/Caesar/CaesarAlexan.html> . Acesso em: 18/04/2012.

JACOB, Christian. The Library and the Book: Forms of Alexandrian Encyclopedism. *Diogenes*, vol. 45/2, n. 178, 1997, p. 63-82.

JOCHUM, Uwe. **The Alexandrian Library and its Aftermath**. Disponível em: <http://www.ub.uni-konstanz.de/fileadmin/Dateien/Fachreferenten/Jochum/alexandria-aftermath.pdf>.

Acesso em: 28/04/2012 .

LETTER of Aristeas. Oxford: Clarendon Press, 1913. Tradução por R.H. Charles. Disponível em: <http://www.attalus.org/translate/aristeas1.html>. Acesso em: 12/06/2012.

MORA, J. Ferrater. **Dicionário de Filosofia. Tomo I (A-D)**. São Paulo: Edições Loyola, 2000. 808 p.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **A fascinante história do livro. Volume II: Grécia e Roma**. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1985. 303 p.

PAULO ORÓSIO. **A History, against the Pagans**. Disponível em: https://sites.google.com/site/demontortoise2000/orosius_book6

PLUTARCO de Queronéia. **Vidas Paralelas: Alexandre e Júlio César**. Tradução Brasileira de Carlos Chaves com base na edição francesa de Amyot. Notas e observações de Brotier, Vaulliers e Clavier. Fonte: Ed. Edameris. Disponível em: <ftp://nepi.ucdb.br/pub/ampulhetta/ftp/plutarco/AlexandreCesar.pdf>

REYNOLDS, L. D.; WILSON, N. G.. **Scribes and Scholars: A Guide to the Transmission of Greek and Latin Literature**. Third Edition. New York, Oxford University Press Inc., 1991. 339 p.

SÊNECA, Lúcio Aneu. Da tranqüilidade da alma. Sêneca a Sereno, 4-5. In: **Epicuro, Lucrécio, Cícero, Sêneca, Marco Aurélio**. 3. ed. — São Paulo: Abril Cultural, 1985. 591 p. (Os Pensadores).

TERTULIANO. **Tertullianus: Apologeticus**. Disponível em: http://www.tertullian.org/anf/anf03/anf03-05.htm#P334_131093

THIEM, Jon. The Great Library of Alexandria Burnt: Towards the History of a Symbol. *Journal of the History of Ideas*, vol. 40, n. 4, Out. - Dez., 1979, p. 507-526. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2709356>. Acesso em: 23/06/2012